

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 30 DE SETEMBRO DE 2015

NÚMERO 6.896

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

| | | |
|--|--|---|
| <p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p> | <p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 1º/09/2015..... 2 Ata da 024ª Sessão Especial realizada em 1º/09/2015..... 15</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 19 Ato da Mesa DL 20 Ato da Mesa..... 20</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 21 Aviso de Resultado 22 Extratos..... 22 Ofícios..... 23 Portarias..... 23 Projetos de Lei 26</p> |
|--|--|---|

P L E N Á R I O

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. e sras. parlamentares desta

Casa, todos que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pelo canal da TVAL, quero cumprimentá-los.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento, nesta tarde, primeiramente de forma muito querida, cumprimentar o município de Blumenau, amanhã o referido município faz aniversário e completará mais um ano de existência, são 165 anos de emancipação. Uma cidade que cresceu através do exemplo dos seus 17 imigrantes que vieram, colonizaram, desbravaram, romperam barreiras e juntos conseguiram construir uma cidade que, hoje, é orgulho para todo o estado de Santa Catarina, para o Brasil e, com certeza, para o mundo.

Por isso, quero aqui já antecipando que o aniversário é amanhã, cumprimentar essa cidade maravilhosa, o seu povo, que é um exemplo de luta, de conquistas, de superação. Blumenau que tantas vezes passa por dificuldades, mas que com a unidade do seu povo, com a força, com a garra, com a determinação sabe superar esses desafios, nos dá grandes exemplos.

Portanto, ao povo de Blumenau, à cidade de Blumenau, parabéns pelos 165 anos de emancipação, uma cidade que é orgulho para todos nós! E de forma especial, é a cidade que deu-me tudo aquilo que tenho na vida. Eu devo muito a Blumenau, eu devo a minha vida a

Blumenau, por isso parabéns a esta cidade, a este povo maravilhoso que com certeza merece o nosso carinho e a nossa gratidão.

Quero, sr. presidente, srs. parlamentares, sras. e srs., aproveitar a oportunidade e fazer a prestação de contas de uma viagem em que estivemos representando esta Casa na Holanda e Alemanha, a convite dos prefeitos da região do médio vale e do alto vale. Trago primeiramente o que motivou esta viagem com os prefeitos.

Recentemente, mais precisamente no dia 11 de agosto houve uma reportagem do *Jornal de Santa Catarina* do Grupo RBS demonstrando um problema que existe no médio vale que é, srs. parlamentares, um problema não só em Santa Catarina, mas no Brasil todo, a questão dos aterros sanitários.

Para se ter ideia, o Brasil possui hoje mais de 50 milhões de pessoas que ainda não conseguem - ou que os municípios não conseguem - colocar os seus resíduos em aterros sanitários corretamente, ainda são colocados em lixões.

Graças a Deus Santa Catarina acabou com os lixões. Em Santa Catarina nós temos a questão dos aterros sanitários. Quero explicar aos srs. parlamentares, que existe a Lei Nacional n. 12.305 aprovada em agosto de 2010 ao qual o governo federal sancionou a política nacional de resíduos sólidos. Esta lei

estabelece as diretrizes para todas as cidades e estabelece como deve ser feito o destino final do lixo, seja empresarial, residencial ou industrial.

Nesta questão do plano as cidades há uma missão a cumprir, ela foi dada para ser cumprida até o ano de 2014, mas infelizmente não foi cumprida.

O projeto inicial deste plano estabelecia que as cidades possuíam um prazo de dois anos para apresentar planos de gestão municipal, e a penalização para quem não apresentasse esses planos seria a perda de prioridades nos repasses das linhas de financiamento do governo federal, e recursos para saneamento. Com a baixa adesão, ou seja, poucos municípios que o fizeram, o prazo foi prorrogado para 2014. No mês de março deste ano, através da pressão, novamente o prazo foi prorrogado, para 31 de dezembro de 2015. E já existe uma emenda no Senado prorrogando o prazo para 2020.

Mas a região do vale do Itajaí e dos municípios do alto vale através da Amavi e do médio vale através da Ammvi estão discutindo já uma solução para este problema, muito inteligente. Foram criados dois consórcios: um no alto vale e um no médio vale. E estes dois consórcios foram convidados pelo banco alemão KfW para conhecer as soluções que existem na Alemanha. Eles estão fazendo seus planos de resíduos sólidos - que são esses dois consórcios - e estão buscando alternativas.

São justamente estas alternativas que estão sendo estabelecidas neste planejamento, plano que inclusive está sendo financiado com recursos do governo federal, é que nós fomos conhecer e verificar.

Estiveram presentes representantes das duas associações dos municípios, das agências reguladoras tanto do alto vale como do médio vale, servidores da Fatma - para entender exatamente qual a solução que será dada neste problema que é muito sério - e nós, representando a Assembleia Legislativa.

Sras. e srs., o problema na questão do lixo em nosso país é realmente algo muito preocupante. A lei nacional diz que o lixo não pode mais ser colocado de forma *in natura* nos aterros sanitários. Aqui no Brasil ainda é colocado, e a legislação acaba não sendo cumprida, não sendo respeitada. Observamos nesta legislação prazos sendo embargados porque muitos municípios não tem interesse ou não tem a competência para resolver.

No médio vale e no alto vale existem estes dois consórcios que desejam buscar esta solução. Foi na perspectiva de buscarmos soluções para a questão do lixo que fomos fazer várias visitas, deputado Leonel Pavan.

Como exemplo, na Holanda, visitamos uma empresa chamada Attero, para os srs. terem ideia, esta empresa, se fôssemos colocar o tamanho dela, ela é praticamente - a parte construída, desde a reciclagem, do recebimento, do tratamento, da queima do resíduo sólido - maior do que um campo de futebol. Esta empresa que tem interesse em investir no Brasil, tem capacidade de receber até 120 toneladas/hora de material para fazer reciclagem e queima, possui três fornos de queima e uma tecnologia muito avançada.

A conclusão é que é uma estrutura muito grande e todos que estavam presentes entenderam que para nossa realidade, de municípios com cerca de 300 mil habitantes na unidade dos consórcios, é uma realidade que não cabe.

E então, na Alemanha fomos conhecer outras realidades, para os srs. terem

ideia, nós entendemos lá o que é o CDR, que é o Combustível Derivado de Resíduos, uma alternativa para alimentar estas usinas de queima de resíduos residenciais, industriais, para pode justamente gerar energia. Conhecemos usinas de queima de resíduos, de produção de biogás, ou seja, de geração de energia de várias formas. E entendemos de forma muito clara na Alemanha que sempre, quem paga a conta é a sociedade, e esta tem que entender qual é a forma que quer dar no tratamento do lixo e respectivamente entender o quanto quer pagar por isso. Chegamos à conclusão que o custo lá é muito maior do que o custo aqui do tratamento disso. Por exemplo, visitamos uma cidade com uma usina dessas que queima o lixo - falamos lixo para que todos entendam de forma clara - e ela cobra em torno de R\$ 50,00 a R\$ 70,00 por tonelada que ela queima e o gás que ela gera, vende atrás para uma indústria de produção de batatas da Gessi Lever onde essa empresa consome a energia e consome o gás. E aí se entendeu porque tem que haver uma solução conjunta. O que temos que trabalhar aqui é algo semelhante.

Os prefeitos discutiram, conversaram, e viram que lá esta empresa recebe e cobra para fazer a queima do resíduo e, além disso, ela vende o produto da queima, vende o gás para indústria e energia elétrica para cidade. Temos uma equação onde, conseguimos ver uma empresa, por exemplo, dentro de várias, que ela queima o produto, gera receita na queima e também na venda, ou seja, no resultado daquilo.

Este é o modelo que os prefeitos decidiram que querem trazer para o Brasil, e é isso que vamos trabalhar a partir desse momento.

Vamos continuar fazendo as reuniões de organização, buscando soluções. Ficou agendado para os alemães virem para cá, no encontro Brasil-Alemanha, para que se estude o melhor modelo de uma planta. E esse consórcio vai agora contratar a empresa alemã que projetará, fará o projeto executivo da planta, num caso inicial de geração de biogás - porque entenderam que a queima tem um custo muito alto, diferente da nossa realidade e o Brasil não tem a condição de pagar por isso, nossa população não tem essa condição - mas, chegou-se a um modelo de recebimento, de geração de biogás, e com isso a inerteização, ou seja, a estabilização do material, para que então ele possa ser levado em volume menor e em menos periculosidade e danos para o meio ambiente, ao aterro sanitário, fazendo assim o que a lei federal exige e cumprindo-a.

A viagem foi produtiva, chegamos a várias conclusões e agora vamos continuar trabalhando para tornar esse sonho uma grande realidade. Peço mais um minuto sra. presidente, para poder ouvir o deputado Leonel Pavan, é que foi muita coisa, muito conhecimento, mas faço questão de ouvir v.exa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Jean, eu não forcei o aparte, em função de sua clara e importante explicação sobre a questão do lixo, não apenas de Santa Catarina, mas que certamente poderá ser importante para o Brasil.

Quando fui prefeito em Balneário Camboriú fui conhecer esse sistema e depois como senador da República, vice-governador e governador, acompanhamos vários prefeitos, com o objetivo de realizarmos consórcios, num trabalho de parceria com municípios um

próximo do outro. Mas o que falta nesse país é incentivo, são recursos por parte dos governos, um recurso a fundo perdido para que esses municípios possam fazer um consórcio e trazer a solução referente ao lixo que é algo que teremos que enfrentar logo - já estamos enfrentando agora - e trará inúmeros problemas para nós futuramente.

É, este tema precisa que ser ampliado, deputado Jean Kuhlmann! V.Exa. mostra conhecimento, mostrou interesse no assunto e gostaria também de me colocar à sua disposição, tentar alertar os governos estadual e federal que se nós quisermos realmente combater este problema tem que ser agora. E só poderemos fazer realmente se houver consórcio, especialmente em cidades vizinhas, uma podendo ajudar a outra.

Parabéns por este tema tão importante que v.exa. traz à tona para esta Casa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço sua contribuição, deputado Leonel Pavan, e é por isso que a Assembleia teve um papel importante na participação desse encontro, porque os prefeitos não conseguem trabalhar essas questões estaduais e federais. Nós, nesta Casa, é que temos a obrigação de mudar algumas questões na legislação para que este sonho se torne realidade, e eu vou trabalhar junto com os prefeitos do vale de Itajaí para fazer isso.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Obrigada, deputado Jean Kuhlmann. Parabenizo-o também por seu projeto de buscar com certeza, inovação para o estado de Santa Catarina e municípios que tanto precisam dessa interligação, desse consórcio, como o deputado Leonel Pavan mesmo falou, que é muito importante para a qualidade de vida e benfeitorias dos municípios catarinenses.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu queria apenas ter a alegria e o prazer de anunciar aqui a presença de um amigo nosso, de um líder da nossa região, vereador Carlos Alexandre Martins, popular Xande, e de Gilson Rogeri. Gilson, nosso grande amigo e líder da juventude de Camboriú.

Então, quero aqui mencionar a presença dessas duas lideranças jovens do município de Camboriú, o Xande e o Gilson.

Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - A próxima oradora inscrita, a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - É bom vê-la como presidente desta Casa, deputada Dirce Heiderscheidt, e agradeço já pelo espaço concedido.

Quero comemorar, no dia de hoje neste tempo na tribuna, o anúncio dos dois trechos de revitalização da SC-283.

Foi anunciado, no último domingo, em Chapecó a ordem de serviço num total de R\$ 18 milhões, recursos do financiamento do Banco do Brasil para o trecho Chapecó/Planalto Alegre e Planalto Alegre/Águas de Chapecó. Mas mais do que comemorar o anúncio dessa obra por parte do governo do estado, eu quero retomar o histórico para se chegar a essa conquista.

Primeiramente, a SC-283 que liga Seara à Itapiranga em mais de 360 quilômetros

de extensão. Essa rodovia possui um trânsito intenso de ambulâncias, transporte de estudantes, produção de alimentos, aves, sementes, ou seja, liga os municípios do extremo oeste catarinense à região de Concórdia, seja por escoamento da produção ou para quem precisa de atendimento médico em centros maiores.

O que nos preocupa, segundo a Polícia Rodoviária Estadual, é que essa via estadual é a que mais mata por saída de pista em Santa Catarina. Há muitos buracos, falta de sinalização e não há espaço para acostamento.

Em 2001, foi lançado então nesse movimento todo de luta para se chegar a essa obra, a campanha "SC-283 pede socorro", com o apoio do Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó e região, o Sicom. Reunimos em Palmitos, num primeiro momento, uma audiência pública coordenada pelo Fórum das Rodovias, do qual eu presidia. Lá presentes prefeitos, vereadores, lideranças dos movimentos sociais, empresários. Enfim, todos estavam presentes nesta audiência e, principalmente, coordenada pelo Comércio Varejista, o Sicom, juntamente com a Assembleia Legislativa.

Depois disto, nós tivemos a instalação de uma campanha, três *outdoors* cobrando a revitalização. Depois vou passar novamente as imagens que mostram tudo que estou falando, e essa campanha de *outdoors* que exigia a revitalização dessa rodovia 283.

Quatro anos se passaram, agora, então, o governo do estado dá o primeiro passo no sentido de atender essa reivindicação do oeste catarinense, mas é preciso lembrar que o primeiro sinal veio da comunidade, da mobilização das lideranças desta região, dos moradores e lideranças políticas.

A partir deste movimento da sociedade, no ano passado ainda foi anunciada esta obra, o recurso. Depois esse recurso foi realocado para outra obra, em outra região, e nós então, fizemos toda uma mobilização para que de fato esse recurso fosse novamente realocado para a execução dessa obra.

Acho que o oeste catarinense sempre tem sido deixado de lado em sua história. Bastam termos que, se analisarmos os contratos dos convênios com os hospitais de todas as regiões, o Hospital Regional do Oeste, proporcional ao número de leitos, é o que tem um dos menores convênios da secretaria de estado da Saúde, isto é, uma região com um hospital.

Da mesma forma, quando se discute o número de policiais e de batalhões distribuídos por todo o estado, a nossa região é a que tem o maior número de municípios proporcional ao número de batalhões da Polícia Militar.

Sem falar, também, das rodovias, que neste momento eu trago aqui apenas dois trechos da SC-283. É tão grave a situação que se nós olharmos, só no mês de fevereiro de 2014, foi registrado duas mortes neste trecho da SC-283. Também, em 27 de março, quatro pessoas da mesma família, em Planalto Alegre, perderam a vida. Em 23 de maio, mais um acidente resultou numa morte em Arvoredo; em junho de 2015, mais uma criança próxima a Guatambú e também, uma jovem morreu após a colisão da moto que pilotava com um automóvel que fazia a entrada do trevo da SC-283, em Concórdia.

Assim, quando nós denunciarmos e cobramos do governo, junto com as entidades, prefeitos e vereadores e exigimos agilidade nesta obra, foi porque sabíamos do risco e da gravidade da situação. Cabe ao governo do

estado cumprir a execução desta obra! Exigimos não só a revitalização desses dois trechos, mas da via toda, desses 360 quilômetros.

É importante frisar também que, quando a população cobra, dá resultado. Eu sempre digo que um governo não é tão generoso que tenha a iniciativa de, por conta própria, anunciar obras. Mas é um movimento da sociedade, a organização, a pressão, que faz com que isso aconteça.

Ainda, nesse processo todo, nessa história toda, em 2008, quando vereadora do município de Chapecó, nós ajudamos num outro enfrentamento, que foi o asfaltamento do acesso ao distrito de Alto da Serra. Uma obra que era reivindicada há anos e que não saía do papel. Naquela ocasião, além de ouvir a comunidade, nós ajudamos a comunidade a trancar uma das estradas com trator, chamando a imprensa, divulgando o abandono, deputado João Amin, a que aquela comunidade estava submetida.

E, após isso, uma série de reuniões com o secretário de estado de Desenvolvimento Regional, a Câmara de Vereadores, enfim, muitas e muitas idas à secretaria da Infraestrutura, também. Quero destacar que há algumas lideranças que sempre estiveram muito envolvidas na conquista desta outra obra - não estou mais falando aqui do SC-283, mas falando agora do distrito de Alto da Serra - como a família do Nâco, que inclusive domingo falou em nome da comunidade do Alto da Serra, na presença do governador do estado; a família do Sedoski; a família Batistello; a família Marquesini e a família do Castanha.

Em nome de todas essas lideranças, as mais de 300 famílias que estavam presentes neste ato, reconheço que quem assinou a ordem de serviços foi o governo do estado, mas a muitas mãos. As mãos da prefeitura, R\$ 280 mil, as mãos da deputada Luciane, R\$ 265 mil do Fundan - que não foi sequer citado naquele ato de domingo - e o governo do estado com o restante da obra.

Então, acho que precisamos trazer sempre a memória de quem luta para que façamos justiça, porque a nossa história oficial sempre premia alguns ilustres e esquece a comunidade que se organiza, que se mobiliza e que faz a luta.

Quero resgatar aqui, através das fotos e imagens, esse histórico que traz de forma presente à luta que nós fizemos.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Então, aqui, resgatando ainda no primeiro ano do meu mandato, 2011, as primeiras tratativas junto a audiências que realizamos tanto em Seara quanto em Palmitos. Aqui a imprensa divulgando, essa foto traz a imagem do nosso vereador Marcelino Chiarello, que não está mais entre nós, naquela ocasião nos acompanhou junto ao Sicom. Empresários de Chapecó e região, movimento de atingidos pelas barragens, enfim, vereadores, lideranças, empresários. A Rádio Belos Montes, também divulgando a crítica do Sicom em relação a SC-283. A próxima foto destaca a associação dos motoristas de ambulâncias que se envolveram muito para que essa obra também fosse uma conquista agora, inclusive trancando a ponte da SC-283, pedindo a revitalização desse trecho. A população ajudou muito nisso também.

Em 2013, nós tivemos três *outdoors* espalhados nesta rodovia, que foi muito importante para chamar a atenção sobre o abandono que se encontrava esse trecho. A imprensa, mais uma vez, exercendo o seu papel de divulgação. Em 2014, as inúmeras

audiências e explicações solicitadas ao secretário da Infraestrutura no seu gabinete. Então, o secretário presta esclarecimento sobre essa rodovia, inclusive pelos recursos que estavam orçados e depois foram realocados.

Aqui, então, vemos a comunidade trancando e se mobilizando com relação ao trancamento da rodovia. E a campanha que foi feita na *internet* #Obras283Já. Aqui temos o secretário em nosso gabinete prestando contas sobre essa situação. Os inúmeros ofícios que recebemos. Aqui foi no dia que eu recebo uma ligação do secretário dizendo que a obra ia sair. Demorou bastante, mas enfim agora em 2015 temos esse primeiro anúncio.

Eu quero aqui trazer a história, a memória e o agradecimento a todas as pessoas que de uma forma ou de outra se mobilizaram para que essa obra saísse do papel.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - A obra iniciou?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Foi dada a ordem de serviço agora neste último domingo.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Não iniciou ainda. Neste governo só vemos máquina roncando. Eu já conheço a questão de ordem de serviço. Inauguraram um hospital há poucos dias aqui em Biguaçu. E o hospital, depois de inaugurado, está fechado. Então, tenho minhas dúvidas referente a algumas coisas que estão anunciando por aí.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, nós vamos acompanhar, fiscalizar e denunciar, que é o nosso papel. Podem ter certeza disso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero registrar a presença do Mário Luís Honorato, Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, do Comando do 5º Distrito Naval, que está prestigiando na tarde de hoje o Parlamento de Santa Catarina. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com palavra o deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que acompanha esta sessão. Quero cumprimentar o dr. José Aluísio Vieira, o dr. Xuxo que se encontra nesta Casa e, em seu nome, saúdo todos os joinvilenses que nos assistem.

Assumo a tribuna nesta tarde para dizer que, nos últimos dias, como presidente da comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, convocamos duas audiências públicas. Uma delas foi provocada pelo deputado Nikolas Reis, na quinta-feira, para discutir o projeto executivo de duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga os municípios de Itajaí e Brusque. E, ontem, na cidade de Timbó, houve uma audiência pública para discutir a situação dos acostamentos e a sinalização das rodovias estaduais de Timbó e da região.

Na reunião de quinta-feira tivemos a presença do proponente, deputado Nikolas Reis, dos deputados Leonel Pavan, Serafim Venzon, Maurício Eskudark, Jean Leutprecht,

de representantes da Fiesc, da ANTT e de um número significativo de moradores da região. E, infelizmente não compareceu à audiência nenhum representante do Deinfra, nem da secretaria de estado da Infraestrutura. Estava na audiência o secretário regional de Brusque, mas nenhum representante do organismo que gerencia, que cuida das estradas estava presente. Mas a secretaria do Desenvolvimento Regional faz apenas o tapa-buraco. E, coincidentemente, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, o assunto secretarias regionais foi pauta. Então, será discutida mais profundamente essa proposição que o governo do estado encaminha à Assembleia Legislativa transformando esses antigos cabides de emprego, que hoje ainda são nominados como secretarias, como agências reguladoras. Não sei o que isso vai mudar.

E também na audiência pública de ontem, em Timbó, estavam presentes os prefeitos em exercício da cidade de Rio dos Cedros, Marildo Felipe; o representante da SDR de Timbó - e não foi nem a secretária, mas o Marcell Thiago Poffo, que só tem um contrato de tapa-buracos; o representante da deputada Ana Paula Lima; o representante do deputado Serafim Venzon; o vereador proponente Jorge Kruger, os vereadores Douglas Emanuel Marchetti, Waldemar Gebauer, Fabricio Dalcastagné, Reimar Raddatz e o vereador Marcelo Luiz Ferrari, presidente da Câmara dos Vereadores, juntamente com o Marcos Nascimento, diretor de Articulação Política e Institucional, representando o prefeito de Timbó, Laércio Schuster filho. E em mais uma audiência pública não estava presente nenhum representante do Deinfra ou da secretaria de Infraestrutura do estado de Santa Catarina. Não estamos exigindo a imediata resposta por parte da secretaria ou do Deinfra, mas pelo menos um representante para dar uma satisfação, para explicar o porquê das coisas.

Estavam ali, Rio dos Cedros, Benedito Novo, Timbó, Indaial e ninguém, nem do Deinfra, nem da secretaria de Infraestrutura estavam lá para dar satisfação daquele projeto.

As rodovias ali, a maioria foi projeto do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, pavimentada pelo ex-governador, Esperidião Amin, o governador Paulo Afonso Vieira revitalizou, o governador Luiz Henrique revitalizou. O problema é que hoje os acostamentos não dão segurança nem para pedestre e nem para ciclista.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, deputado, jovem progressista, que veio para contribuir e apresentar projetos importantes.

Eu estava no sul de Santa Catarina num roteiro com o vice-governador, com o presidente do partido, senão estaria, com certeza, lá ajudando a contribuir e cobrando de quem é de fato e de direito dar uma resposta, porque, às vezes, depende apenas de uma resposta.

Quero lhe cumprimentar e dizer que se não estivesse ocupado eu estaria lá, junto.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado deputado Manoel Mota. É uma falta de respeito com o deputado Nikolas Reis, com o vereador Jorge, de Timbó, com algum integrante da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Nestes dois casos específicos, tanto de quinta-feira quanto de ontem é uma falta de respeito, deputado Serafim Venzon, com a população de Itajaí, de Brusque,

de Timbó, de Indaial. Uma falta de respeito que nenhum representante do Deinfra viesse a esta Casa ou fosse a Timbó na audiência pública que o senhor participou. Ontem, em Timbó, o seu representante participou e ninguém do Deinfra deu satisfação.

Diferentemente, do que vemos do montante de obras executadas por parte do governo do estado, deputado Leonel Pavan, o governo do estado não mandando um representante, não é uma falta de respeito com os deputados, é com a população.

Quinta-feira o senhor se encontrava, aqui, na audiência pública do deputado Nikolas Reis e vários vereadores esperavam uma resposta do Deinfra. A vereadora Marlei Beyer, de Benedito Novo, fez um extenso relatório fotográfico como o vereador Jorge Krueger e nada do Deinfra, nem da secretaria de Infraestrutura, compareceram, muito menos arrumaram as reclamações que foram colocadas lá. É bom lembrar que em todas as audiências públicas ocorridas com relação ao orçamento regional, prioritariamente, majoritariamente, as reivindicações eram de melhoria de pavimentação, juntamente com a saúde e com a segurança, mas a pavimentação foi realmente com muito maior número debatida e reivindicada.

E para finalizar, já que nem tudo é reclamação, deputado Padre Pedro Baldissera, ontem, na cidade de Timbó, realmente, foi um dia muito especial. Quase R\$ 3,5 milhões de melhorias ao hospital OASE, que não atende somente o médio e o vale do Itajaí, chega a atender - não é homenagem ao dr. Xuxu que se encontra na Assembleia - em Joinville, no norte do estado. O hospital OASE teve um aporte financeiro de R\$ 3,5 milhões, 25% da prefeitura quando a população de Timbó deixou de pagar o desconto do IPTU e disponibilizou recurso financeiro para o hospital. Também a presença do governo do estado ajudando em 25% os recursos daquele hospital. E 50% do que foi, ontem, investido na solenidade, deputado Dalmo Claro, o senhor foi mencionado pelo prefeito Laércio, agradecido em público pelo prefeito, por sua ajuda ao hospital OASE quando secretário de Saúde do estado de Santa Catarina ao município, que aquele hospital tem uma referência. E um empresário de Jaraguá do Sul com 50% do montante investido, na solenidade ontem, disponível ao Hospital OASE, que realmente não é somente referência para a população de Timbó e médio vale. Mas para o estado de Santa Catarina como referência em saúde.

Se o deputado, ex-governador, ex-senador, Leonel Pavan, pede a palavra eu sou obrigado a ouvir a sua contribuição, porque com certeza vai socializar o seu conhecimento pelo estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado João Amin, v.exa. levantou dois assuntos importantes. Eu até pensei em me referir sobre a questão das rodovias, mas quando levanta a questão da saúde e v.exa. disse que agora seria um elogio referente ao que está acontecendo em relação, especialmente, a esse hospital que citou. Eu não poderia dizer o mesmo referente à saúde dos hospitais de Santa Catarina.

Não há um dia que nós aqui não recebamos alguém de algum município para pleitear alguma coisa sobre hospital. Eu quero me referir ao hospital de Balneário Camboriú, Hospital Municipal e Maternidade Ruth

Cardoso, que leva o nome da esposa falecida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O referido hospital atende quase a todos os municípios da região, 100% SUS e, infelizmente por mais que nós tentássemos sensibilizar o governo para que coloque alguns recursos para investimentos, para que aquele hospital possa continuar oferecendo um serviço de qualidade às pessoas; até agora é apenas promessa.

Balneário Camboriú, assim como o prefeito, os srs. vereadores e a sociedade, reivindicam e certamente dezenas de outros hospitais em Santa Catarina clamam por maiores investimentos, por recursos por parte do governo do estado e do federal. Cada município que abre hospital depois tem dificuldades em mantê-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

Para finalizar agradeço a disponibilização do tempo e também a contribuição dos demais deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Deputado João Amin, apenas quero cumprimentá-lo pela menção, na verdade a questão do Hospital OASE, que era coisa que nós privilegiávamos no exercício da nossa gestão da secretaria de estado da Saúde, é capacitar hospitais que tinham características regionais ou microrregionais, como era o caso de Timbó, mas acaba se tornando até um regional que hoje faz cirurgias ortopédicas para Joinville porque o de lá não consegue fazer e isso é uma realidade.

Então, naquela época nós procuramos fazer exatamente isso e eu fico contente de ver que além da comunidade, do estado, provavelmente foi aquela nossa contribuição e do próprio município que um particular, um privado tenha feito essa doação de 50% do valor dessa reforma que foi aplicado lá. Depois farei menção na tribuna a respeito desse assunto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de parabenizar o presidente das federações dos hospitais de Santa Catarina, dr. Tércio Egon Paulo Kasten, pela grande confraternização que fizemos na Associação Médica Catarinense, fazendo com que os hospitais comecem a estar em evidência em reivindicação.

Faz tempo que nós não vemos os hospitais reivindicando os seus problemas, porque não dizer os seus direitos. Temos feito aplicações financeiras em muitas outras áreas. Acho que o governo do estado, o federal e o municipal tem, sim, que se preocupar com os hospitais.

Tem a importante representação na Assembleia Legislativa com vários deputados que estão defendendo a verba para os hospitais, especialmente as sobras constitucionais desta Casa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas que realmente acontece isso em nível de lei da Assembleia Legislativa.

Tivemos, hoje, o diligenciamento feito pelo deputado José Nei Ascari, fazendo com que essas diligências venham ajudar o projeto para que os hospitais filantrópicos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na sequência o horário pertence ao Bloco Frente Renovação PSB, PR e PPS.

Com a palavra por até oito minutos o deputado Natalino Lázare.

O SR. NATALINO LÁZARE - Boa-tarde sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas e srs. deputados, ouvintes da nossa Rádio Alesc, e telespectadores da nossa TVAL.

Eu gostaria de externar efusivos agradecimentos ao nosso governador do estado, João Raimundo Colombo por ter permitido a esta Casa - especificamente a comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa - a oportunidade de levarmos a ele o nosso projeto sobre o qual já falamos diversas vezes nesta tribuna, a respeito do biogás, da bioenergia ou o programa de agroenergia como nós estamos denominando.

Tivemos o privilégio de na última quarta-feira sermos recebidos pelo governador do estado e trazeremos um dos maiores conhecedores do biogás do Brasil, presidente da Associação Brasileira do Biometano sr. Cícero Bley, um dos diretores da Itaipu binacional, o criador da Empresa Cigás, que é uma empresa de renome nacional e internacional, afim de que ele fizesse uma exposição ao sr. governador e sua equipe, a importância da criação deste projeto.

Neste sentido, nós tivemos a presença honrosa de diversas entidades e de diversos empresários interessados em realmente investir no biogás e na bioenergia em Santa Catarina, oriundos dos dejetos de suínos animais. A biomassa que está sendo jogada fora, tem grande potencial de transformação em gás e energia, deputado Manoel Mota.

Tivemos também a presença da Ocesc que congrega todo o sistema das cooperativas de Santa Catarina; a presença da Faesc, do dr. José Zeferino Pedrozo que foi deputado estadual nesta Casa; a presença do secretário Nelson Serpa, do dr. Airtton Spiers; dos empresários do município de Videira, Osmar Carboni e do empresário Mário Faccin - que é o maior produtor de suínos individual da América Latina, e tem a intenção de desenvolver mais esse projeto; a presença do presidente da Associação Comercial Industrial e Agrícola do município de Videira, sr. Wilson Giazzoni; o prefeito do município de Fraiburgo, sr. Ivo Biazzolo; de Arroio Trinta, Alcdir Felchilcher e o prefeito do município de Salto Veloso, Claudemir Cesca e outras autoridades. Portanto, uma comitiva representativa para tratar desse assunto.

E o motivo de eu estar aqui, sr. presidente, é para agradecer, porque o governador vendo um projeto piloto imediatamente se sensibilizou - que nós fomos, através do apoio do presidente deputado Gelson Merisio e da TVAL, verificar em Marechal Cândido Rondon - o Projeto Ajuricaba, que é um projeto que deu certo, que é a mostra daquilo que dá para fazer com essa massa orgânica provenientes de animais.

O governador sensibilizou-se com o projeto, com essa ideia e determinou a formação de um grupo de trabalho técnico que prepare um estudo para fomentar exatamente

isso que nós pretendemos que é um programa estadual de biogás, de bioenergia proveniente de dejetos de animais.

O que está ocorrendo deputado José Milton Scheffer, v.exa. também está em uma região que produz bastante massa orgânica de dejetos de suínos, é que existem experiências espalhadas pelo estado afora de maneira isolada deputado Dirceu Dresch, o sr. sabe, em Itapiranga e Concórdia tem, mas o que não tem ainda é uma unidade, um programa que congregue isso tudo, todos os esforços.

Então, a nossa ideia e da comissão de Agricultura é que o governo crie um programa específico de agroenergia. E o que precisa acontecer? Há que se agregar todas essas experiências vitoriosas, essas ideias que estão colocadas em prática. Temos que desenvolver tecnologias adequadas, pois essa é uma das reclamações de quem produz a energia elétrica, que ainda não temos uma tecnologia altamente desenvolvida nesse setor. Temos que criar isso, é muito importante: assistência técnica; e temos que criar - é fundamental - uma linha de financiamento para implantar o programa. Assim como há financiamentos para ajudar as empresas e os próprios agricultores, precisamos de uma linha de financiamento próprio para a geração de gás e de energia nas propriedades rurais.

Evidentemente nós temos diversos caminhos a serem percorridos, mas o primeiro deles é aquele que o governador determinou, que é a criação de um grupo de trabalho que vai ser formado pela secretaria de Desenvolvimento Sustentável, pela Celesc, pela SCGás, pela secretaria de Agricultura, enfim por todos esses órgãos técnicos que tratam desse assunto.

Será criado, portanto um anteprojeto e gostaríamos que este projeto nos levasse realmente a criarmos o programa catarinense de agroenergia. Porque temos um grande potencial, que nos propicia a produção de gás e energia, mas está se jogando fora. Nós importamos dois milhões de metros cúbicos de gás por mês da Bolívia e nós temos condições de produzir em Santa Catarina, quatro milhões, segundo estudos que temos, de gás em Santa Catarina proveniente dos dejetos de animais. Portanto, precisamos pensar que além de ser uma fonte de renda alternativa na agricultura, uma fonte econômica importante, é também uma questão ambiental, um problema que pode ser convertido em ganho econômico. Um problema que podemos transformar em uma grande solução econômica.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Quero lhe cumprimentar pelo pronunciamento e pela iniciativa, foi uma de suas primeiras iniciativas nessa Casa, tomou conhecimento de uma série de projetos.

Cumprimentar também o governador por aderir essa ideia, proposta pelo nobre parlamentar, e com muito orgulho como presidente da comissão de Agricultura dessa Casa, eu acho que a sustentabilidade da propriedade agrícola em Santa Catarina nos falta ainda essa matriz energética que pode vir muito bem através de uma política estadual de produção de energia na propriedade. Nós temos não só dejetos, mas também palha que podem, deputado Natalino Lázare, agregar a isso. Por exemplo, a produção de arroz do litoral, é possível produzir muita energia com a palha de arroz, e muitas vezes está sendo queimada pelos produtores, porque ela acaba produzindo

doenças para a próxima lavoura, e é possível produzir através de biomassa.

A Udesc em Lages tem estudos muito importantes nessa área, também de resíduos florestais, então eu quero lhe cumprimentar, o tempo é curto, mas lhe desejo sucesso e cito a alegria dessa iniciativa, pois sei que partiu do nobre parlamentar e está tendo eco também no Poder Executivo, parabéns pelo trabalho!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Uma nova matriz energética, v.exa. acertou muito bem e muito obrigado pela sua contribuição.

Era isso senhor presidente e conto com o apoio dessa Casa, porque será o grande projeto para a agricultura do futuro sem dúvida nenhuma.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Feita a manifestação, deputado Natalino Lázare. Na sequência, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, pertence ao bloco social progressista, PP - PSDB, deputado Silvio Dreveck líder do governo, ao qual concedemos a palavra por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados e sras. deputadas, vou tratar de um assunto hoje bastante polêmico, mas ao mesmo tempo imprescindível, no meu modo de ver, haja vista a população brasileira e nós aqui em Santa Catarina estamos numa expectativa de que algo diferente para melhor precisa ser feito.

Falamos muito, no decorrer desse período desde 2013, principalmente das reformas não só aqui no estado de Santa Catarina, mas a grande maioria na esfera federal tanto por parte do governo e do Congresso Nacional falou-se em reforma tributária, em reforma política. Falou-se muito nas reformas da estrutura brasileira desde o sistema rodoviário, ferroviário, portuário, energético, além de reforma tributária entre outras.

O que vimos até o momento, sr. presidente, praticamente uma estagnação porque não aconteceu reforma política, não aconteceu reforma partidária, não aconteceram as reformas estruturantes, e o povo continua clamando por serviços públicos de melhor qualidade na saúde, na educação, na segurança, enfim, de todos os serviços públicos que os entes federados têm a obrigação de fazer à população brasileira e aos catarinenses.

Mas também há outras reformas, outras leis complementares desde 1988, quando foi feita a nossa Constituição Federal e ficou nas leis complementares para se realizar e não aconteceu, cito, por exemplo, o direito de greve no serviço público.

Na manhã de hoje, recebi em meu gabinete alunos do Instituto Federal de Santa Catarina pedindo aula por meio do movimento quero aula. São 33 mil alunos que estão sem aula por mais de 45 dias, perdendo praticamente o semestre, não há espaço para repor essas aulas, infelizmente não há iniciativa de se concluir pelo final da greve, e quem está pagando a conta são os 33 mil estudantes, os familiares e toda a população catarinense que paga os seus impostos, mas não têm o serviço prestado, nesse caso específico, na educação, no Instituto Federal de Santa Catarina.

É lamentável e triste, num país como o Brasil, que precisa, onde é indispensável a educação como conhecimento para evoluir, para dar oportunidade e para se tornar um país mais competitivo.

E o que nós estamos acompanhando - além da educação, no caso específico do Instituto Federal de Educação em Santa Catarina - mais uma greve no serviço público. O INSS também está se aproximando dos 50 dias de greve. Milhares de brasileiros estão com os seus processos paralisados, já deu o tempo das suas aposentadorias, e outras aposentadorias, pensões, e outros benefícios que o INSS tem por obrigação conceder à população brasileira, infelizmente, estão deixando de receber, estão na porta de espera e nada acontece.

Até parece que é uma coisa combinada, uma coisa acertada. Enquanto nós estamos em greve o governo não precisa utilizar recursos para conceder os benefícios. Mas a população continua lá, sem atendimento. Que contribui, que paga, que espera anos e anos e quando chega a vez, infelizmente, não é atendido.

E por que acontece isso, no Brasil? Volto um pouco ao raciocínio inicial. Eu não estou me pronunciando aqui para dizer que sou contra ao direito de greve, mas o direito de greve, no serviço público, tem que ser regulamentado, como já fizeram os outros países que estão anos luz na nossa frente, onde há o direito de greve, mas também há o limite e há critérios para se manter, para reivindicar, para cobrar, sem que haja esse prejuízo à população que precisa do serviço público.

E sem que haja também o prejuízo financeiro para a população, porque, deputado Jean Leutprecht, na medida em que eu não estou trabalhando, mas estou recebendo, a população está pagando duas vezes, uma vez o normal e mais uma vez estou pagando porque não há o serviço prestado, não há a contraprestação de serviços.

Falava-se a respeito da contribuição sindical, é muito estranho que, se há essa necessidade, de que não tem recurso, não tem dinheiro, ao mesmo tempo vejamos um movimento sindical muito forte, que tem uma contribuição de um dia de serviço que é doado para o sindicato. É um dia de serviço do trabalhador, de todos os trabalhadores e trabalhadoras, que estão formalizados, ou seja, aqueles que possuem contratos, que é a arrecadação que vai compartilhada, evidentemente, mas que vai para os sindicatos.

Ora, se o trabalhador dá a sua é porque é obrigatória, um dia de trabalho (não posso precisar os valores) certamente são bilhões de reais que se arrecadam no Brasil, que é distribuído.

Qual é a expectativa do trabalhador do serviço público ou privado? Eu vou dar minha contribuição de serviço de um dia, mas também espero que haja contrapartida do serviço. E não é o que está acontecendo.

Está faltando alguém ter um pouquinho de audácia, para pelo menos colocar o assunto em debate, sequer está acontecendo, quanto mais tomar uma iniciativa de um projeto de lei para estabelecer os critérios do direito de greve. Também se esqueceram de, e não está se debatendo, a contribuição sindical. Repito, países desenvolvidos têm sim os sindicatos - como o Brasil deve ter - mas, também há a participação do trabalhador, quando ele quer ser associado ou não.

No Brasil independe, se ele for associado ou não, ele vai pagar. Ele está pagando, mas espera que também que seja defendido o interesse não só da remuneração, não só do salário, mas também do serviço público prestado, como é o caso que eu falei

no início a respeito da greve do Instituto Federal de Educação.

Para finalizar, assuntos relevantes que a sociedade, ou seja, que a população está reivindicando a partir de 2013, e que nós, infelizmente, não avançamos, não diminuímos as despesas de custeio, não fizemos as reformas e ainda se movimentou no sentido de aumentar impostos, como vimos nos últimos dias. Não vimos nenhuma iniciativa de diminuir o tamanho do estado, diminuir a máquina pública, para tornar mais eficiente e ter mais recursos para investimentos em favor da população brasileira e do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinando aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertence ao PCdoB.

Com a palavra o deputado Jean Leutprecht, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente, srs. deputados, mais uma honra muito grande estar aqui nesta tribuna representando o PCdoB. E neste dia vou me ater mais a questão profissional, em função de ser o Dia do Profissional de Educação Física, da qual eu represento a categoria, como membro do Conselho Regional de Educação Física.

(Passa a ler)

"Dia do Profissional da Educação Física.

É com muita satisfação e orgulho que comemoramos no dia 1º de setembro o dia do Profissional de Educação Física em todo o Brasil. Neste dia também se comemora a regulamentação da profissão que foi instituída pela Lei Federal n. 9.696, de 1998, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e a partir daí temos comemorado muitas conquistas, pois a Educação Física não é mais uma profissão do futuro, é a profissão do agora, do presente, e despretensiosamente podemos dizer até que é a profissão do século.

Dizemos isso, por que estamos vivendo uma transição demográfica rápida e radical, pois cada vez mais a saúde supera a importância da estética. A qualidade de vida deixou de ser apenas um conceito em discussão para ser uma necessidade vital da população mundial. O profissional de Educação Física está fortemente inserido nesse contexto, pois está presente em todas as fases da vida das pessoas, desde a idade de bebê até a idade centenária, se assim acontecer.

Essa profissão oferece a população várias formas de promoção da saúde, da educação, do esporte e da qualidade de vida, mas apesar do imenso potencial do Brasil ainda engatinhamos quanto aos fatores educacionais e de saúde no contexto da educação física.

Estamos às vésperas do maior evento esportivo do mundo que são as olimpíadas. Ao mesmo tempo em que apreciaremos o evento, é importante refletirmos sobre ele, pois os atletas que lá competirão um dia foram crianças, tiveram idade escolar, se descobriram ou foram descobertos ainda nas aulas de Educação Física. Esses atletas tinham e tem dons diferenciados, tiveram ou não incentivo para se desenvolver nas suas modalidades, mas com certeza eles tiveram e tem pelo menos um profissional de Educação Física ao seu lado, que investiu seus conhecimentos para que se tornassem atletas de alto rendimento, representando o Brasil por aonde vão.

Ainda assim, infelizmente, este país reconhece pouco os profissionais de Educação

Física. Mas temos esperança e trabalhamos fortemente no Cref/SC junto aos conselheiros, colaboradores e parceiros para que essa realidade mude e se torne mais positiva com a ampliação da contratação de profissionais da Educação Física nas escolas, empresas e órgãos públicos, para a melhor remuneração e maior visibilidade. Para mais compreensão sobre a importância da Educação Física na vida da população e especialmente para que os profissionais que estão no mercado sejam habilitados e qualificados para o serviço que prestam.

A sociedade é que nos inspira a continuar na luta diária para construir uma Educação Física mais engajada, influente e séria do ponto de vista da valorização da profissão e do profissional, pois ele é um dos agentes de transformação social capaz de auxiliar e orientar as pessoas na busca por hábitos de vida mais saudáveis e adequados ao cenário em que vivemos.

O Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina existe para que os profissionais e pessoas jurídicas do meio cumpram com regularidade e ética o seu papel de promotores da saúde e seguiremos nesse caminho.

Convidamos a todos para conhecerem e aprofundarem seus conhecimentos sobre a atuação do Cref em Santa Catarina, que é ampla e transparente. Mais do que isso convidamos para melhor compreenderem a profissão e as possibilidades de intervenção do profissional dessa área.

Temos muito para mostrar, muito para contar e, sobretudo, muito para fazer, e todo a colaboração, apoio e valorização são sempre bem-vindos.

Parabéns aos profissionais da Educação Física hoje e sempre. É por vocês e para que a sociedade tenha o direito a ser atendida por profissionais habilitados que o Cref/SC trabalha."

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentar o deputado Jean Leutprecht pela homenagem justa que faz aos profissionais da Educação Física. Esses profissionais são muito importantes na educação das crianças, dos alunos e dos atletas. Se o país hoje ocupa posição de vanguarda em quase todos os esportes, deve-se evidentemente em grande parte a esses valiosos profissionais. Por isso o PR quer também prestar uma homenagem sincera aos profissionais da Educação Física.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o parlamento na tarde de hoje.

Eu gostaria de fazer algumas considerações que entendo importantes.

A BR-101 foi uma tarefa sem limite, muito trabalho, muita dedicação, muitos problemas pela frente, mas hoje nós pegamos apenas um gargalo. O gargalo de Tubarão e Morro do Formigão, a empresa está

trabalhando relativamente bem. Então, acredito que se não terminar até o final do ano, mas não passa muito do final do ano. É assim que eu entendo a situação da BR-101. Agora, o que nos deixa desconfortável é que uma BR-101 que ainda não foi nem entregue à sociedade, porque ainda faltam obras. Tem local que já foi recuperado três vezes. Então, preciso admitir que foi uma obra de péssima qualidade. O projeto é uma engenharia de primeiro mundo, a ponte ficou muito linda, mas a pavimentação ficou muito longe daquilo que nós esperamos. É preciso reformar a cada instante. Precisa colocar asfalto novo, numa obra que foi realizada há pouco tempo. Não se justifica.

Eu gostaria de falar sobre a Serra do Faxinal. Serra do Faxinal é uma novela mexicana. O prefeito se encontrava aqui, Valcir Darós, juntamente com o coordenador dos trabalhos, Heriberto Schmidt, mas eu fico indignado, triste, porque como uma obra que estava quase pronta, uma procuradora entra com uma ação em razão da perereca. A obra parou e levou quatro anos para provarmos que existem milhões de pererecas. E agora está liberada a licença. A obra antes custaria R\$ 27 milhões, agora a obra custará R\$ 64 milhões. Quem vai pagar? Quem vai pagar essa diferença? O povo novamente? É evidente que será o povo.

E a empresa ganhadora, que é portuguesa, agora que a licença está pronta, não quer começar a obra. E hoje parece que é o veredito. Ou a empresa assume, hoje, ou vamos chamar a segunda colocada para poder começar a obra.

Este é o Brasil das ações, este é o Brasil que a cada momento precisa debater questões decisivas para o ser humano.

Quero aqui falar da Serra da Rocinha. Depois de um ano e três meses foi entregue a ordem de serviço na BR-285, obra federal. A ordem foi entregue, na época, pela senadora Ideli Salvatti. A empresa de Criciúma, Setep, que ganhou a licitação comprou equipamentos novos para realizar a obra. A obra não deu nem um passo para frente. É uma situação é inacreditável.

Estamos agora nessa pendência e o município de Timbê do Sul fica ansioso. A obra é do governo federal, antes o governo do estado dava manutenção e, agora, porque a obra vai sair está com o governo federal. Um não dá manutenção e nem outro e a população nos gritos. Os caminhões que descem de lá, nos gritos.

E aí quem é que paga o preço? É o deputado da região. Somos nós que apanhamos lá, por isso que eu tenho pouco cabelo de tanto apanhar quando o governo assume e não realiza.

A barragem do Rio do Salto foi mais de 30 anos de luta até nós conquistarmos a primeira etapa para iniciar. Tinha a licença ambiental, depois houve a denúncia de que tinha um lixão lá na ponta, parou tudo e tiveram que refazer o projeto. Hoje, ainda está no PAC, mas a licença sem uma Rima não existe.

Então, por isso cansamos de tanto lutar e na hora que a bola pode ser o gol, o juiz apita para não ir para frente a bola. Então, é muito difícil conviver com ações que não são realizadas. É muito difícil iludir as pessoas, como lá que assumimos porque confiamos e as coisas não acontecem, mas nós continuamos lutando e trabalhando.

A nossa região é forte, turística, se prepara para a grande missão, que é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. É o tripé do desenvolvimento de toda aquela região. Agora, se nós não realizarmos a infraes-

trutura, como é que as empresas irão se instalar em nossas regiões. Então, é preciso que essas obras saiam do papel para entrarem em prática.

Não posso aqui tecer nenhum comentário a não ser positivo ao governador do estado, que não tem absolutamente nenhuma culpa disso, porque foi licitado, entregou, a empresa estava realizando e a procuradora cortou, parou cinco anos e, hoje, conseguimos reverter. Temos a licença ambiental e, agora, é a empresa.

Então, não é fácil nós sobrevivermos numa região onde se luta uma vida toda e quando chega na hora de resolver, de criar infraestrutura, de realizar as obras isso não acontece. Às vezes, ficamos analisando com profundidade se vale a pena se matar, lutar, trabalhar como se faz a vida toda. Eu sou uma pessoa com 33 anos de vida pública, nunca tirei uma licença na minha vida, eu não sei o que são férias. Sempre lutando e trabalhando para buscar esses resultados que são fundamentais para minha região.

E, hoje, deputado Romildo Titon, está no papel e não se sabe se a empresa vai realizar, porque se decide hoje a Serra do Faxinal; não se sabe se aquela ordem de serviço foi para valer na BR-285. É essa agonia que nos deixa no sufoco, por isso tenho certeza de que vocês adoecem porque estão passando o mesmo sufoco de um governo que vem, promete e depois não realiza e aí as coisas ficam difíceis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Quero abordar rapidamente dois assuntos. O primeiro é sobre a votação em turno único, com regime de urgência, de uma alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual da secretaria de estado da Saúde, que vai remanejar um recurso destinado inicialmente para adequação e reforma da Maternidade Carmela Dutra, aqui de Florianópolis, para outras obras na secretaria de estado da Saúde.

Fiz contato com setores responsáveis e parece-me que a coisa tem uma razoável interessante. Essas adequações na Maternidade Carmela Dutra na monta de um pouco mais de R\$ 1 milhão que em termos de obras em hospital é uma cifra pequena será suprida por uma verba do governo federal do chamado Rede Cegonha.

Mas o que eu quero alertar sobre isso é bom lembrarmos que a Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis tem mais de 60 anos o seu prédio, já tem hoje uma inadequação física. É a segunda maior maternidade de Santa Catarina, que atende toda a Grande Florianópolis, junto com o Hospital Regional de São José e necessitam que num médio e longo prazo que seja colocado no orçamento do governo do estado a construção de um novo prédio para a Maternidade Carmela Dutra. Adequado às novas normas de estruturação física e funcional, aquilo que precisa para uma maternidade moderna, para atender este grande contingente populacional da Grande Florianópolis.

Mas o assunto mais importante desse momento, que gostaria de dedicar a maior parte do tempo aqui na Assembleia, é

sobre uma audiência pública para tratarmos da Central de Regulação do Samu.

Central de Regulação é aquela central basicamente telefônica embasada em equipamentos de informática, de computação, que através de técnicos de atendimento telefônico de regulação e médicos fazem aquela regulação do Samu e da pessoa que telefona pedindo um auxílio e faz a regulação da necessidade do atendimento e de que tipo de unidade móvel se é avançada ou básica, e se necessita de uma orientação médica enquanto o atendimento está para chegar ou não. As vezes estas situações podem ser resolvidas via telefone pelo próprio médico ou não.

Quero destacar primeiro que quando eu estava na secretaria de estado da Saúde, o Samu tinha uma dificuldade enorme em manter a sua equipe funcionando, deputado Cleiton Salvaro, porque faltavam médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem, e o estado tinha dificuldade de contratar. E a Justiça do Trabalho tinha uma decisão que obrigava o governo do estado a demitir os temporários que estavam com contratos acima de dois anos além do que a lei permite.

Nós fizemos então uma organização de saúde sem fins lucrativos para fazer a gestão do Samu aqui em Santa Catarina. A partir disso - apesar de todas as dificuldades críticas e ideológicas inclusive com relação as organizações sociais - o Samu passou a ter a equipe completa, e saltou de 620, 640 servidores para 1.100 pessoas trabalhando. Ampliou-se de sete para oito centrais de regulação incluindo também Caçador. As ambulâncias passaram a ser seguradas - às vezes há uma perda de ambulâncias do Samu.

Nosso atendimento melhorou bastante, a tal ponto que tive a satisfação de ouvir da promotora de Justiça daqui da área da saúde de Florianópolis, a dra. Sônia Piardi (que era uma crítica do modelo) iniciou sua fala dizendo que por conta dessa mudança na central de regulação - da qual já vou falar - para que mexer em algo que está funcionando bem?

Então, aquilo já me valeu a audiência, deputado Maurício Eskudlark, porque a promotora que criticava o modelo, provavelmente receosa, que não funcionasse bem reconheceu ontem de que 'para que mexer naquilo que estava funcionando bem?'

Então, fico satisfeito por ter essa avaliação do Ministério Público do estado, que era crítico do modelo do governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, modelo que eles defenderam na sua campanha de gestão de certas estruturas do estado por organizações sociais.

A ideia do governo do estado, da secretaria de Estado da Saúde comandada pelo secretário João Paulo Kleinübing é que, ao invés de termos oito centrais telefônicas de regulação, passarem para uma só.

A dúvida que é justa por parte das lideranças, da sociedade catarinense, é se essa central única no estado vai dar a mesma qualidade de atendimento que são essas centrais de cada região, por conta que o regulador conhecer ou não as ruas, as cidades etc.

O que eu posso dizer é que, por exemplo, toda a região norte e nordeste de Santa Catarina é atendida por uma central de regulação e Joinville. E muito provavelmente o técnico de atendimento telefônico que está em Joinville não conhece as ruas, o transitado de São Bento do Sul, de Jaraguá, de Canoinhas, de Mafra, de Porto União.

Então, se ele está localizado em Joinville, Blumenau ou Florianópolis, creio que

isso não vai fazer muita diferença, nós temos que dar o voto de confiança ao secretário de Estado nesta sua iniciativa e é claro que ficar atentos para que a qualidade do serviço não se deteriore. Que se mantenha um número de linha telefônica adequado, suficiente para o atendimento e que o número de técnicos e médicos reguladores em atendimento, também se mantenham em quantidade suficiente e adequada.

Para avaliar o serviço, existem medidores e indicadores; o governo do estado e a secretaria da saúde devem estar cientes e zelosos nos informando se a qualidade se mantém e principalmente que ela não piorou. Temos que dar esse voto de confiança ao secretário e ao governo do estado nessa modificação, eu sou favorável em buscar a economicidade e a redução de custos mantendo a mesma qualidade no atendimento.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos que nos acompanham. Volto a esta tribuna sr. Presidente, para falar sobre a Segurança Pública em Santa Catarina.

Não posso me calar! Ontem visitei - depois de duas semanas que já estava agendando essa visita - duas famílias no interior do município de Saudades, a família Ternos e a família Bercauer. As duas famílias perderam jovens rapazes, por violentas mortes, um queimado dentro de um carro e o outro morto de forma brutal. A morte brutal de um rapaz também escondido dentro do porta-malas do seu próprio carro!

No final de semana, tivemos a informação de quatro jovens mortos em Chapecó. Pode-se falar: "Ahh... mas foram jovens metidos com tráfico!", mas nós não podemos admitir isso! Que Santa Catarina se transforme em um estado violento ou quem sabe, dos mais violentos; suas cidades as mais violentas do país.

Quero trazer esta informação porque estou percebendo um grande processo de impunidade, e reafirmo também a situação da falta de policiamento e de estrutura da polícia militar e civil.

Vejo aqui também outros deputados: deputado Aldo Schneider, fez hoje um pedido de informação inclusive sobre o concurso público de policiais; deputado José Milton Scheffer, fazendo aqui uma indicação sobre o tema dos policiais militares e que levanta a problemática da segurança no nosso Estado.

Peço, sr. Presidente, para a assessoria exibir a reportagem, muito rápida, que vem tratando esse tema.

(Procede-se a exibição do vídeo)

É isso aí! Só quero citar que há concurso aberto, o povo clama por mais segurança, mas também não é só policial que resolve, está muito claro. Há necessidade de ter política de prevenção, ou seja, um processo construído para resolver a questão da segurança e da insegurança pública. Por exemplo, a apuração de crimes que é um das grandes reivindicações das famílias visitadas, uma vez que a impunidade vai tomando conta, e o crime está cada vez mais solto para as suas atividades.

Então, quero levantar isso e também, sr. presidente, dizer que fizemos na última

quinta-feira uma audiência pública sobre o sistema prisional que coloca um grande alerta também da superlotação dos nossos presídios, da falta de política de recuperação dos presos que no futuro vão voltar e conviver com a sociedade. Isso é uma grande preocupação, como também a terceirização, o seu custo, o estado diz que precisa terceirizar para baratear o custo, mas o Tribunal de Contas, no seu relatório, levanta justamente o contrário que o custo da terceirização está dobrando para o estado.

Então, isso tudo precisa ser enfrentado, discutido e, com certeza, não é só com palavras, com promessas, como vimos aí, que a coisa se resolve. É pela questão da ação concreta, como disse o deputado Silvio Dreveck. Não é inchar a máquina, mas prestar serviços à sociedade com todos os seus direitos. É Isso que a sociedade exige.

Obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente. Eu vou dividir este tempo com o ilustre deputado Darci de Matos, mas rapidamente quero fazer uma abordagem de alguns temas que havia programado.

Parabenizo o deputado Dirceu Dresch pela abordagem na questão da segurança, nós também temos feito seguidamente esta abordagem, e, como ele disse, a solução passa por nomear novos policiais, mas não só por isso. Bom se fosse nomearmos mais dois, três mil policiais em Santa Catarina e resolvesse o problema da criminalidade.

Assim no Brasil, também, é importante a questão, mas o fator primordial que eu entendo, do aumento da criminalidade, é a impunidade. É a quase certeza dos autores de crimes de que não vão, primeiro, acham que não vão ser descobertos, e, se forem descobertos, com a justiça morosa, com os recursos que existem, que não vão ser condenados.

E, por fim, que, se condenados, não vão cumprir as penas porque os benefícios da legislação são muito grandes. Então, nós que temos trabalhado todos para a nomeação dos policiais aprovados, conversava ontem com o secretário de estado da Fazenda, Antonio Gavazzoni, e ele levantando até a hipótese, o estudo da nomeação de policiais, vejo aqui o meu amigo Roberto Salum, a cada semestre, como era a academia nos tempos antigos, que a cada semestre tinha uma turma de escrivães, de agentes e de delegados se formando, e não como foi nos últimos tempos, ante a necessidade, de academia de 300, 400. Houve a nomeação pelo governador Raimundo Colombo, num momento só, de 512 policiais civis. Então, muito importante.

Gostaria de registrar aqui, já foi falado inclusive pela deputada Luciane Carminatti, a presença do governador no último final de semana, no oeste de Santa Catarina, onde inaugurou algumas obras, e também autorizou a revitalização da SC-283, no trecho Chapecó - Águas de Chapecó. Em dois trechos subdivididos, o primeiro trecho Chapecó - Planalto Alegre, o segundo trecho Planalto Alegre até Águas de Chapecó.

É uma rodovia importante de escoamento da produção, trazendo a produção

até o município de Chapecó, e também produção que vem para o litoral, para os nossos portos.

Então, gostaria de registrar essas obras importantes, uma que foi inaugurada, efetivamente pronta, e outra que foi assinada, foi autorizada a ordem de serviço para o imediato início das obras daquela rodovia.

E sobre o terceiro tema, só para registrar, nós tivemos uma audiência pública, o deputado João Amin já falou aqui do plenário, da tribuna, a respeito da rodovia Antônio Heil. Ontem conversei com o diretor do Deinfra, falei das necessidades, do que a população ali está pedindo. A visão dos técnicos, é que ali foi feito, deputado, um projeto de rodovia, e, na verdade, a nossa população quer uma avenida, porque ali, devido ao conglomerado habitacional, o comércio e tal, cada um quer que possa cruzar de um lado para o outro da rodovia, o mais próximo das suas casas.

Mas é uma obra importante.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Pelo número de pessoas que estiveram aqui na Assembleia Legislativa, com a sua presença, o proponente da audiência, o deputado Nícolas Reis, o deputado Serafim Venzon, o deputado Jean Leutprecht, o governador, deputado Leonel Pavan, acho que infelizmente só o secretário de Desenvolvimento de Brusque veio. Infelizmente, o Deinfra não veio naquele momento.

Então, o seu comentário é muito pertinente, para que aquela população que veio até a Assembleia Legislativa, se deslocou de Itajaí e de Brusque para discutir aquele assunto, pelo menos tenha uma resposta, e a sua ida à tribuna, obviamente, que ajuda a levar essas informações àquela população que se deslocou na última quinta-feira, para a Assembleia Legislativa, aqui em Florianópolis.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Exatamente, tem o direito garantido de ser ouvido e de o problema ser solucionado.

Então, queria fazer esse registro e agradecer a presença de lideranças do município de Camboriú, como o vereador Alexsander Alves Ribeiro, o Canídia.

Deixo o restante do tempo destinado ao meu partido para o que o deputado Darci de Matos faça uso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Concedo a palavra ao deputado Darci de Matos pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, eu só quero fazer referência rapidamente sobre segurança pública. Quero dizer que com certeza o efetivo precisa ser ampliado, mas essa conta de que há 20 anos tínhamos o mesmo efetivo que temos hoje, não é um produto cartesiano. Por quê? Porque ao longo dos anos estamos nos utilizando de novas tecnologias na segurança pública. Portanto, com novas tecnologias se consegue ter uma possibilidade muito maior, com menor número de efetivos. Então, essa é a reflexão importante que tem que ser feita. Mas não há dúvidas que precisamos de mais efetivos. Agora, sabe por que os policiais estão se aposentando em grande número? Porque no ano passado nós aqui nesse Parlamento aprovamos um projeto de lei, que foi construído aqui, a quatro mãos com o Poder Executivo, dando subsídios para as polícias. Nós aprovamos um excepcional plano de carreira da

Polícia Civil e da Polícia Militar. Isso também tem que ser dito. O Parlamento e o Poder Executivo também tem que ser enaltecido, porque nunca na história de Santa Catarina a Polícia Civil e Militar tiveram um avanço tão significativo no que diz respeito às suas remunerações e aos seus planos de carreira.

Então, isso tem que ficar consignado nos Anais desta Casa. Agora, que é preciso mais investimentos todos nós sabemos. Mas o grande problema é que 70% daquilo que nós, nesta carga absurda pagamos, não ficam nos municípios que é onde a vida acontece. E muito menos aqui na capital, pois vai para Brasília e de lá vocês já sabem para onde vai o dinheiro. E só ligar a televisão e abrir os jornais. Essa é a grande verdade.

Então, dito isso, quero em referir as breves palavras que o deputado Jean Leutprecht falou sobre a Olimpíada no ano que vem no Brasil. É fundamental dizer que é um momento importante para o nosso país. Por que é importante? Porque dependendo da condução da organização dessa Olimpíada e da visão dos gestores dessa Olimpíada poderemos fazer com que o Rio de Janeiro e o Brasil possam ter o mesmo destino, após as Olimpíadas, que teve Barcelona, por exemplo, onde teve um aumento de 20% no turismo da cidade.

Então, se nós conduzirmos bem as Olimpíadas no Brasil, poderemos ter muitos ganhos através da indústria do turismo. Mas, mais do que isso, o esporte competitivo é importante, mas não podemos esquecer, do esporte inclusivo, aquele esporte barato, simples, mas de fundamental importância, que é aquele praticado nas escolinhas no interior do estado e que tem o objetivo de revelar grandes atletas. Mas o maior e principal objetivo não é a revelação de grandes atletas, mas sim de formar o verdadeiro cidadão catarinense brasileiro, através do esporte, passar para as nossas crianças os valores fundamentais de ética, de cidadania, de civismo e prepará-los para que eles possam ter sucesso na sua vida profissional e na sua vida particular.

Esse é o grande objetivo do esporte de inclusão que não pode ser delegado ao segundo plano.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Obrigado, deputado. Gostaria de registrar a presença do professor Marino Tessari, vice-presidente do Confef e a sua preocupação com relação ao esporte de base, ao esporte educacional. V.Exa. falou bem quando disse que o objetivo maior disso é a formação do cidadão. Parabéns pelo seu pronunciamento, principalmente neste dia em que comemoramos o Dia do Profissional da Educação Física.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado deputado Jean Leutprecht. Pois não deputado Natalino Lázare!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentá-lo pelo seu raciocínio.

O Pelé criou a escolinha de futebol do Santos, e aí no primeiro treino toda a garotada ficou admirando o rei do futebol. E, interpretando o sentimento da garotada, disse para eles: "Antes de quererem ser um Pelé, vocês têm que ser homens de índole, de moral". V.Exa. tocou num assunto que é fundamental. O esporte, antes de tudo, tem que formar seres humanos com ética.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Nessa linha da preocupação com as crianças, com a definição do bom caminho das crianças catarinenses, não poderia deixar de fazer aquilo que alguns parlamentares já fizeram. Quero parabenizar a comissão de Prevenção e Combate às Drogas presidida pelo deputado Ismael dos Santos, que faz um excelente trabalho e a ação da secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, nossa colega deputada Angela Albino, e do governador Raimundo Colombo que lançam a campanha de Prevenção e Combate às Drogas sob o slogan "Drogas: não dá mais para aceitar".

Trata-se de um trabalho articulado com os municípios no combate às drogas, na recuperação dos dependentes através do programa Reviver, e principalmente com ações que o governo vai desenvolver através das escolas, das crianças, das famílias, das igrejas. Esse trabalho de prevenção com as crianças é fundamental para se mudar uma geração, porque muitas vezes as crianças são presas fáceis para os traficantes, lamentavelmente. Essa campanha vai ser de fundamental importância para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0217/2015 e 0247/2015.

Também comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0080/2015, 0089/2015, 0165/2015, 0233/2015, 0249/2015, 0269/2015, 0363/2015, 0392/2015, 0579/2015 e 0651/2015.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2015, de procedência governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, o Projeto de Lei n. 0302/2015, de autoria do governo do estado, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, na verdade, vem estabelecer a inclusão no Plano Plurianual de reformas nas unidades administrativas da secretaria de estado da Saúde, reduzindo R\$ 1,5 milhão de uma programação que visava, com R\$ 5,5 milhões, ampliar e readequar a Maternidade Carmela Dutra de Florianópolis.

Eu não sei se há um projeto que demonstra que R\$ 4,5 milhões são suficientes para ampliar e adequar a maternidade - coincidentemente a maternidade que eu nasci - mas quando se disponibiliza esse valor de R\$ 1,450 milhão para reformar unidades administrativas da secretaria de Estado da Saúde, não se sabe pelo projeto, pela justificativa e pelo anexo do onde vai ser usado esse recurso especificamente. Por isso, gostaria que pelo menos que se desse mais tempo para dar conhecimento aos deputados onde será utilizado esse valor, já que o secretário da Saúde se encontra numa audiência pública neste exato momento, em Brasília, e precisa haver por parte do governo

uma maior socialização dessas informações para sabermos que, se retirarmos R\$ 1,450 milhão da Carmela Dutra, não consta na justificativa e no anexo único nenhuma especificação de onde esse valor será empregado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Eu também concordo com o deputado João Amin de que deveríamos ter um esclarecimento maior sobre esses casos. Hoje, pela manhã, procurei informar-me nos setores específicos da secretaria e encontrei uma justificativa razoável: essa verba iria para o pacto, através de recursos do Banco do Brasil e do BNDES, que teria que ser aplicado, prioritariamente, ainda que contemplasse reformas, mas em ampliações. E não seria o caso, pois a Carmela Dutra precisa de algumas adequações em áreas já existentes. Então, em vez de fazer com o recurso do pacto, estão fazendo com recurso da chamada Rede Cegonha, que é recurso do governo federal, do ministério da Saúde, que está contemplando aquela obra que seria necessária apenas com outra verba, que seria a verba vinda do governo federal. Não sei da destinação das reformas das suas unidades.

Quero ressaltar - e é bom que se pontue - a Maternidade Carmela Dutra necessita da construção de um prédio novo, porque aquele é um prédio muito antigo, inadequado, pequeno e desajustado, hoje, para as necessidades atuais, inclusive para as novas normas do ministério da Saúde e vigilância sanitária.

Mas de qualquer maneira, as obras que estavam previstas nessa serão contempladas, segundo informações que tive, com recurso da Rede Cegonha, que é recurso federal. Então, não teria perda com relação a isso.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Acho que já foi esclarecido alguns pontos. Tivemos a oportunidade de conversar, pela manhã, com o deputado Dalmo Claro sobre essa questão. Na verdade o recurso foi destinado para uma reforma administrativa num local onde não sabemos exatamente qual é, outro item orçamentário.

Mas aqui, na verdade, é o Plano Plurianual que encerra agora no ano de 2015. É uma alteração no Plano Plurianual, provavelmente, para adequar eventuais despesas que o governo estadual está tendo.

Hoje, deu entrada na Casa o Plano Plurianual para 2016-2019. Então, precisamos, evidentemente, dentro dessa perspectiva, ver essa questão da Carmela Dutra - que o deputado Dalmo Claro levanta como importante. E quem sabe alocar recursos específicos para essa obra no projeto que deu entrada, hoje, nesta Casa, que é o Plano Plurianual para os próximos quatro anos até o final do primeiro ano do próximo governador do estado.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, dando continuidade à manifestação do deputado Fernando Coruja e trazendo uma informação que alguns já compartilham em função do pronunciamento do deputado João Amin. Nós já aprovamos um requerimento que será encaminhado à comissão de Saúde para a realização de uma audiência pública no âmbito da comissão, onde será apresentado, deputado, o projeto de criação do Centro de Referência da Mulher Catarinense, que é a grande ampliação da Maternidade Carmela Dutra, com uma estrutura voltada para oncologia pediátrica, para os bebês recém-nascidos, à ampliação do número de leitos, UTIs Neonatal, ou seja, uma reconfiguração completa.

Um projeto maior, um projeto orçado inicialmente em R\$ 40 milhões, que precisa de uma atualização e esta Casa quer criar todas as condicionantes. Acredito que o próximo Plano Plurianual possa ser o caminho mais propício para começar a se discutir algo que não é de referência de Florianópolis, mas do estado todo, pois são casos específicos que ali são tratados.

E ela é uma maternidade que tem fila zero, porque lá qualquer pessoa que parar eles têm que dar um jeito para receber.

Então, o debate é muito importante sobre a essa ampliação, bem como esse ajuste já explicado inicialmente pelas informações que o deputado Dalmo Claro buscou junto à secretaria de estado da Saúde. É o momento de a Casa também se unir e trabalhar nesse novo projeto bem mais completo e necessário para a estrutura neonatal ou oncológica de toda a nossa região e do estado.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, apenas peço, reiterando o pedido que fiz da tribuna, para que colocasse em votação esse projeto amanhã. Acredito sendo votado e aprovado amanhã, como se trata de turno único, não haverá nenhuma modificação operacional para o governo do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado João Amin, a matéria está em pauta, e apenas pode ser retirada com o requerimento do líder do governo, caso contrário, vamos manter a votação como está porque já foi iniciada a discussão. E não vejo problema da retirada desde que haja concordância dos srs. líderes e, também, encaminhamento por parte do líder do governo.

Com relação às especificações no anexo único, a subação n.101 descreve exatamente quais são as áreas, basta buscar no Orçamento que essas informações estarão contidas. Ela elenca a subação que está sendo atingida.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sim, está-se retirando R\$ 1.450 milhão da Carmela e está-se incluindo unidades administrativas da secretaria da Saúde. Então, não especifica, só coloca no genérico o Orçamento R\$ 1.450 milhão. Por isso, apelo ao líder do governo e aos demais líderes para que votemos, pelo menos, amanhã, essa matéria, não causando dano nem à Carmela nem ao governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria continua em discussão.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra pela ordem, o deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, seguindo o raciocínio e o conhecimento do deputado João Amin, como líder do PDT, eu conungo da mesma ideia dele para que seja apreciada a matéria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu não vejo comprometimento do Orçamento, porque não se trata disso, estamos tratando de uma alteração do Plano Plurianual, que se encerra no final do ano.

Portanto, no que diz respeito a essa adequação, o que é normal no Executivo, não é primeira vez e nem será a última que irá acontecer. Deputado João Amin, deve tratar-se de unidades de saúde na administração da secretaria, provavelmente não é uma única unidade.

Então, do ponto de vista de alteração, certamente, o governo não ia retirar recursos que não fossem aplicados. E aqui o deputado Dalmo Claro fez uma explanação nesse sentido. Portanto, podemos até retirar a matéria de pauta, se assim for o entendimento, mas não por conta de que isso venha causar prejuízo no Orçamento. Repito, trata-se de uma alteração na aplicação do Plano Plurianual.

Eu, de minha parte, não vejo razão, neste momento, para fazer uma solicitação da retirada, até porque não tenho pronto o requerimento. Eu não estava com nenhuma reivindicação nesse sentido. Agora, se todos os líderes concordarem, não criarei obstáculo.

O Sr. deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu vou seguir a orientação do nosso líder, deputado Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - E qual é a orientação da bancada do PT?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já coloquei o meu posicionamento na reunião da comissão. Sempre é extremamente delicado quando você precisa retirar recursos de uma área tão sensível quanto a Saúde, mas estamos discutindo um projeto do hospital que, com certeza, até o final do ano não se realizará mais. Mas também, por outro lado, há uma decisão política de não executar este investimento quando o governo traz pra cá uma mudança dessas.

Então, nossa bancada propõe votar amanhã essa matéria, muito embora o nosso posicionamento não mude muito de hoje para amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Como encaminha o PR, deputado Natalino Lázare?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - A bancada do PR consultando o deputado Mário Marcondes e também vota favoravelmente ao pleito do eminente deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirada de pauta a matéria no dia de hoje e incluída na pauta de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0342/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 6.971, de 1987, que declara de utilidade pública a Sociedade João Paulo II, de Palhoça.

Ao presente projeto não foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0343/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 4.759, de 1972, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador.

Ao presente projeto não foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade de Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o parágrafo único do art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina (publicação dos atos municipais).

Srs. deputados, essa proposta apenas acrescenta a palavra "ou" no que diz respeito à veiculação e divulgação em veículos de comunicação regional.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Apenas gostaria de agradecer, não apenas ao presidente, mas aos líderes que foram favoráveis, principalmente ao líder do governo, para que possamos discutir um pouco e termos mais conhecimento da matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pedido de Informação n. 0158/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider, solicitando ao governador do estado informações acerca da convocação dos candidatos concursados e aprovados para ingressarem no Quadro de Pessoal da Polícia Militar nos termos do Edital n. 014/CESIEP/2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0111/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, apelando ao presidente da Câmara dos Deputados, aos líderes das bancadas e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pela aprovação do Projeto de Lei n. 4/2011, que dispõe sobre a educação para as artes na educação básica, alterando a redação do art. 26, §2º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0827/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0828/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0829/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0830/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0831/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0832/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0833/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0835/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0836/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0837/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0838/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0685/2015 de autoria do deputado José Nei Ascari; 0686/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0687/2015 de autoria do deputado Jean Leutprecht; 0688/2015 de autoria do deputado Neodi Saretta; 0689/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente eu vi que foi votada a admissibilidade de uma PEC, mas não a encontrei na Ordem do Dia que recebi. Talvez eu esteja enganado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Talvez v.exa. não tenha prestado atenção, mas consultei se poderíamos votar a PEC, e foi concordado por todos, por isso como a matéria é simples e foi votada a admissibilidade. Temos todo o tempo do mérito agora para discuti-la.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente eu só não concordo que seja uma matéria simples, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V. Exa. deveria ter se manifestado no momento que foi consultado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu vou voltar a insistir que essas propostas. Elas podem até serem incluídas na Ordem do Dia, mas é interessante que isso seja colocado no começo para que possamos, pelo menos, ter noção, pois não dá tempo nem de vir dali até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Dá sim deputado. É só levantar a mãozinha lá que nós não o atropelamos. É feito tudo no tempo certo.

Eu não tenho nenhum interesse na matéria, que é de autoria do deputado Rogério Mendonça. Foi feito de forma normal e regimental.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu não estou dizendo que v.exa. tenha interesse na matéria. Eu já fiz uma questão de ordem no começo desta legislatura. Acho que são matérias importantes! Ela não está na pauta Ordem do Dia. Sinceramente eu não conheço a matéria, é uma matéria antiga de admissibilidade votada aqui. Eu não tenho condições de votar uma matéria sem saber do que se trata.

Quero pedir a v.exa. que, em relação a essas matérias extrapautas, seja dado, pelo menos, um tempo, uns cinco minutos, porque estava sentado ali e não deu tempo. Fui olhar o papel e, quando vi, já havia sido votada. Evidentemente, sendo coruja, posso até voar rapidinho, mas não tão rápido assim para chegar ao microfone, sr. presidente, porque v.exa. é mais rápido na sua leitura do que a minha caminhada de lá até aqui.

Então, se for possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será possível, deputado Fernando Coruja.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, na tarde de hoje, em Explicação Pessoal, trazer aqui presente duas questões. A primeira delas referente a um ato, deputado Sílvio Dreveck, que realizamos no último domingo no distrito de Alto da Serra, juntamente com o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, e inúmeras outras lideranças que lá se fizeram presentes.

Já fiz este registro desta tribuna sobre a entrega de uma obra que julgo extremamente importante e necessária, levando desenvolvimento para aquela região produtora de Chapecó e Guatambu que é o acesso asfáltico. Fiz questão de fazer o registro lá mesmo junto à comunidade de que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, também nesta tribuna o fiz, que é uma das grandes ações do governo dele que foi exatamente de ter contemplado o acesso a todos os municípios.

E João Raimundo Colombo traz presente a questão da criação do Fundam. Outra iniciativa extremamente importante, porque são recursos que chegam aos municípios a fundo não reembolsável. Portanto, o município utiliza do recurso, investe em ações prioritárias daquele município e, ao mesmo tempo também, não está preocupado em colocar contrapartida desse recurso.

É um recurso em dinheiro extremamente importante para diferentes ações nos diferentes municípios do nosso estado de Santa Catarina. Bom, é claro, seria que o governador pudesse reeditar o Fundam para 2016 e torná-lo como uma política constante e ordinária dentro do nosso estado de Santa Catarina pelo que ele representa.

Então, é uma obra muito bem feita! A Planaterra, Terraplanagem e Pavimentação, empresa que está fazendo o asfalto de grande qualidade, muito bem feito, e acredito que

servirá enormemente para o desenvolvimento de toda essa macrorregião que une Chapecó à Guatambu e, quem sabe, nos próximos tempos fazer com que esse acesso possa chegar à BR-282, deputado Valmir Comin.

Parece que esse também é o desejo do governo local, e eu acredito que isso será possível ao longo do tempo.

E, junto com a inauguração dessa importante obra, o governador também assinou a ordem de serviço, que nos próximos 30 dias se dará início aquela obra de revitalização, restauração da rodovia 283, extremamente importante para o desenvolvimento de toda aquela região, e que ela precisa de investimentos para poder dar segurança a toda essa população que lá transita.

E eu gostaria, no segundo registro, de trazer presente um projeto de lei de nossa iniciativa, que tramitou nesta Casa, foi aprovado, o governo do estado vetou o projeto, e num diálogo constante com o governo do estado e, aqui, com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, e o secretário da Agricultura, e lá a pessoa indicada para todos os debates e a construção do retorno deste projeto a esta Casa foi o Eládio, que é o diretor da Secretaria da Agricultura e Pesca do governo do estado, está para vir a esta Casa. E ele trata exatamente da agricultura urbana e periurbana.

Aliás, é uma experiência, um programa, uma iniciativa que está dando certo em inúmeros países, e nós temos, concretamente, em vários estados e também em muitos municípios, experiências extraordinárias de agricultura urbana, também no nosso estado de Santa Catarina. Temos experiências aqui em Florianópolis, em Chapecó, em Balneário Camboriú, em Itajaí, e nós temos inúmeras experiências extraordinárias acontecendo em inúmeros municípios do nosso estado e do nosso país.

Diga-se de passagem, deputado Leonel Pavan, a agricultura urbana e periurbana é responsável pela produção de mais de 15% do alimento que vai à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras deste nosso país. No mundo todo, ela é responsável por mais de 15% da produção de alimentos.

Então, acho que é uma experiência extraordinária que o governo federal tenha um programa específico de incentivo a esta atividade, onde faz o aproveitamento de espaços ociosos, que de repente estão lá para criar outras coisas, que podem ser utilizados para desenvolver iniciativas como esta, de produção saudável, orgânica, ou agroecológica, que é uma das grandes demandas que a cada dia cresce, é uma exigência dos nossos consumidores de ter um alimento cada vez mais de qualidade. E a agricultura urbana se encarrega disto, porque ela ocupa estes pequenos espaços dentro do período urbano ou periurbano, e pode se tornar. Além da produção para o auto consumo, o excedente pode ser comercializado, e gerando isso divisas para o bolso desses trabalhadores que produzem desta forma no setor urbano ou periurbano.

O governo do estado está encaminhando, agora, esta semana ou semana que vem, este projeto de lei para esta Casa.

É nesse sentido que nós gostaríamos de contar com a valorosa participação de todos os parlamentares para que, além de aprovar o projeto, possamos contribuir para que ela possa cada vez mais se desenvolver e ocupar esses espaços vazios nos grandes centros urbanos.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. levanta um assunto extremamente importante. Bate uma saudade de quando fui prefeito em Balneário Camboriú. Quando v.exa. fala que o governo federal vai dar incentivo, tenho que aplaudir essa visão de um governo para atender aqueles que têm terrenos dentro do período urbano, que paga imposto de IPTU caro e que pode se dar o incentivo. Aplaudo se vejo do governo o governo do estado também encaminhar um projeto nesse sentido.

V.Exa. que é uma dos deputados exemplo para todo o Brasil, que levanta um assunto tão importante, gostaria de dizer quando fui prefeito fiz uma lei para que cada proprietário de terreno de Balneário Camboriú que cedesse a alguém para plantar naquele terreno teria 30% de desconto no IPTU.

Então, a população, além de plantarem para o seu sustento, a prefeitura comprava para as creches e para as escolas. Eles tinham um bolsão do qual a prefeitura adquiria esses alimentos. Nós incentivávamos e todos os terrenos que estavam ociosos viraram hortas comunitárias, atendendo a população de Balneário Camboriú. Com certeza esse projeto terá a nossa aprovação, se o projeto vier nessa natureza.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Só para concluir, quando fui prefeito pela primeira vez na cidade de Guaraciaba instituímos exatamente a agricultura urbana, através de diferentes iniciativas, com a produção de alimentos para auto-sustentação e atendimento de creches. Isso foi em 1997.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Volto a essa tribuna para ressaltar a importância da recuperação da obra do município de São Carlos, ou seja, toda essa região de Itapiranga a Chapecó, que é a SC-283, uma rodovia extremamente importante.

Nós temos sofrido muito no oeste catarinense. Nós que rodamos dia e noite nas rodovias estaduais e federais estamos fazendo a nossa cobrança junto ao governo federal e ao DNIT, mas também cobramos do governo do estado, sobre a situação que estão a grande maioria. E não é diferente a SC-283, que liga Chapecó a São Carlos, Palmitos e toda a região. Então, nós aqui esperamos que não fique só na ordem de serviço.

Então, queremos cumprimentar todos que lutaram por isso e dizer que vamos continuar acompanhando, como também no Alto da Serra, uma luta de muitos anos da comunidade regional. Passamos por aquela rodovia na semana passada e podemos perceber que a comunidade merece o Distrito do Alto da Serra. Merecem esse investimento que foi feito lá. Parabéns a todos.

Mas quero trazer a esta tribuna hoje o documento da comissão da Verdade. O resultado de praticamente dois anos de trabalho na comissão da Verdade que leva o nome Paulo Stuart Wright, que foi um grande deputado. Pela sua história, a comissão da Verdade leva o seu nome.

Quero cumprimentar todas as pessoas que contribuíram, examinaram, esclareceram as violações dos direitos humanos praticados por motivação exclusivamente política no território de Santa Catarina a fim de efetivar o direito à memória e à verdade da história e contribuir para a promoção de reconciliação nacional.

Esse é o documento produzido pela comissão da Verdade que foi nomeado por lei estadual que trabalhou em Santa Catarina, a exemplo da comissão Nacional que também fez um excelente trabalho. Podemos, sim, a partir desse trabalho, ter a clareza da história, o nome das pessoas violentadas. Ainda há três catarinenses que não foram identificados, e entre eles está o Paulo Stuart Wright. Então, ainda há um trabalho a ser feito.

Mas, quero pedir o apoio dos srs. deputados porque estamos apresentando um projeto de lei para criar um mecanismo de vedação aos nomes de pessoas, ainda que falecidas, que tenham constado no relatório da Comissão Nacional da Verdade - conforme trata a Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011 - como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar. Conforme o seu art. 2º, ficam revogados todos os atos, decretos ou leis que tenham conferido às rodovias estaduais ou prédios públicos, nomes que façam referência ao golpe, ao governo ou às autoridades que lideraram o governo militar instaurado no Brasil no ano de 1964.

Entendemos que aqui precisa haver de fato um momento em que se corrija isso na história, que essas pessoas que cometeram violência aos direitos humanos, que violentaram o direito à liberdade não tenham mais os seus nomes em prédios públicos.

Pedimos o apoio dos parlamentares ao Projeto de Lei n. 0314/2015, em que propomos a alteração da Lei n. 12.118, de 2002, que dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências.

Esse é o nosso projeto de lei que começa a tramitar nesta Casa a partir do momento em que temos o nome de todas as pessoas que participaram e cometeram essa crueldade com muitos catarinenses na época da ditadura militar. Para que não seja esquecido e nunca mais volte a este país esse cruel momento da ditadura militar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados. Quero cumprimentar a ex-deputada Angela Albino, secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Eu estive nesta secretaria durante o período de 2011 a 2012 e sei do empenho que é preciso ter para que as coisas sociais andem.

Mas, hoje, queria me ater ao "Bruscão". Deputado Leonel Pavan, v.exa. que também é de Brusque, mas que tem seu time de preferência, bem o time de Camboriú. Time que na última disputa entre Brusque e Camboriú teve a vitória do Bruscão. Agora o Brusque voltou à primeira divisão.

Eu quero saudar toda a diretoria, saudar os torcedores, porque sei que tem atendido ao apelo, ao chamado, da torcida para ajudar a impulsionar o nosso plantel, portanto, a torcida tem estado muito presente.

O Brusque Futebol Clube, na verdade é um time novo. Brusque sempre teve dois grandes times: o Carlos Renaux e o Paysandu. E quando não havia muita televisão e a disputa era mais localizada, a grande disputa, a grande atividade nos fins de semana era a disputa entre esses dois times. Mas a partir de 87 passou-se a um time somente. Como a cidade não tinha como bancar dentro dos conceitos

mais modernos do futebol, passou a ter apenas o Brusque Futebol Clube. Em 87 e 92 já foi o campeão Catarinense, que foi uma grande alegria, naturalmente, para toda região, especialmente, para Brusque.

Eu estou fazendo esse destaque, primeiro para dedicar essa justa homenagem aos dirigentes, aos torcedores, os financiadores. Eu também não tenho me furtado, em 2013, por exemplo, o campo onde o Brusque joga, que é campo do Carlos Renaux, que é o time mais velho de Santa Catarina, teria hoje 102 anos. Em 2013 por ocasião do centenário do clube, o governo do estado investiu lá mais de R\$ 300 mil, somado em contrapartida com o clube, fez uma grande reforma: cadeiras, iluminação, escadarias, enfim, toda arquibancada. Foi um grande investimento através da Fesporte, portanto, contribuimos com o clube Carlos Renaux bem onde o time de Brusque joga.

Então, gostaria de aproveitar este momento para dar essa saudação ao time que tão bem representa a cidade de Brusque. Estou fazendo essa referência ao time pelo destaque que teve neste último fim de semana que passou para primeira divisão.

E, também, hoje é o aniversário do Avaí, são 92 anos. É um pouco mais novo do que o Carlos Renaux que citei, sendo que o Avaí tem dado uma contribuição social muito grande através do esporte e de outras atividades.

Eu vejo aqui a deputada Angela Albino, lembro que num convênio de 2011 que fizemos entre a secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Clube Avaí, inúmeras crianças, que seguramente teriam outras dificuldades de participar ou estariam em outros lugares não tão produtivos, mas que participavam do programa como complementação da educação dos pais de casa, que muitas vezes os dois estão trabalhando durante o dia para complementar a renda; mas que os filhos ao invés de ficarem jogados estavam lá. Então com esse convênio com o governo do estado e a referida secretaria, sendo que eu era o secretário na época, o Avaí como protagonista condicionou através dos treinadores e jogadores que iam fazer esse estímulo com mais de 150, 200 crianças, especialmente da região da Palhoça.

Além, desse trabalho social, inúmeras campanhas publicitárias, como a doação de sangue, que graças a Deus a nossa população atende bem a esses pleitos, mas existe uma deficiência relativamente grande dos derivados de sangue, os quais nós apenas conseguimos o sangue total doado pelas pessoas. No próximo mês teremos uma campanha do Avaí estimulando as pessoas a doarem sangue como um ato de solidariedade humana. Por isso, eu quero aqui saudar com o meu "Bruscão" o Avaí que completa, hoje, 92 anos.

E para encerrar, hoje, é também o Dia do Profissional de Educação Física, que não é estadual, mas nacional. Reconhecemos a importância da atividade física e desses profissionais, no sentido de estimular, motivador as pessoas a fazerem exercício físico como condição importante, exatamente, para ter uma qualidade de vida melhor, a qual advém da atividade esportiva bem orientada.

Assim, quero saudar aqui todos os profissionais que atuam nessa área gerando uma melhor qualidade de vida às pessoas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Queria dizer que hoje recebi em nosso gabinete uma equipe de Balneário Camboriú, um número significativo de lideranças. Pessoas que estão se sentindo prejudicadas por falta de investimentos do atual governo na saúde com os cidadãos balneocamboriuenses. A cidade de Balneário Camboriú tem uma arrecadação que supera a R\$ 800 milhões, poderíamos dizer mais de R\$ 2,5 milhões por dia, é a arrecadação do referido município. Um orçamento significativo que pode ser, sim, ser direcionado o recurso para o sistema de saúde.

Quando recebo em meu gabinete lideranças, aposentados, juventude, idosos, daquele importante município de Santa Catarina, município do qual eu já fui por três vezes prefeito e estes reclamando da falta de médicos na cidade Balneário Camboriú, fico imaginando como será em outros municípios... pobres, pequenos, municípios mais distantes, como será?

Balneário Camboriú, repito, arrecada mais de R\$ 800 milhões/ano. E estão faltando médicos. Mas o que me disseram é que faltam cardiologistas. Faltam médicos para atender a população nesta área. Ora, como que pode faltar médicos cardiologistas numa cidade rica?

Ouvimos inclusive uma gravação que nos apresentaram do secretário de Saúde daquela cidade que diz o seguinte: "não conseguiram fazer licitação para contratar médicos cardiologistas, sempre falta um documento da empresa", mas que governo é este que não consegue fazer uma licitação para contratar médicos para atender a população?

Fica aqui a nossa indignação e a nossa suspeita da capacidade administrativa do setor de Saúde, para não dizer das outras áreas, do município de Balneário Camboriú. Porque aquela população mesmo sendo um dos municípios mais ricos do estado de Santa Catarina não tem médicos para atender os seus moradores. E nesse caso falta médico cardiologista. É lamentável e esperamos que se tome uma atitude e que se faça um investimento justamente nesse setor que é um pleito daquela população.

Também queríamos aqui na tribuna no dia de hoje falar sobre a questão da segurança, tema ao qual foi amplamente divulgado e debatido na semana passada aqui nesta Casa. O debate chegou a ser áspero, de um lado, alguém defendendo e do outro acusando, mas na verdade todos os parlamentares sabem que faltam policiais aqui no estado de Santa Catarina, policiais civis e militares.

Nestes últimos dias, para não dizer só no final de semana, houve vários ataques em diversas cidades catarinenses, tanto em Florianópolis, como em Balneário Camboriú, Camboriú e poderíamos citar outras e outras cidades que seriam inúmeras com problemas em função dos ataques de vândalos, criminosos, assaltantes, assassinos; ataques contra a polícia militar; contra equipamentos públicos, prédios públicos; isto está trazendo um desconforto para a população catarinense.

Nós estamos nos tornando matéria para a mídia nacional, falando que em Santa Catarina a segurança é, para dizer a verdade, uma insegurança. Poderíamos até dizer o seguinte: onde estão os policiais que fizeram os concursos públicos? Por que não os chamam? Por que não chamaram os policiais militares? Por que não chamaram os policiais civis que estão há muito tempo na espera? Por que não fazer um investimento naquilo que está

sendo prioridade no momento em nosso estado?

Camboriú, a cidade vizinha de Balneário Camboriú, sofreu muito neste final de semana, e o problema é que não tem como achar o caminho, não tem como achar uma solução, porque o número de policiais que existe é muito pouco em relação aos chamados levados à delegacia de polícia e até ao comando da Polícia Militar, são seguidos.

No entanto, vimos aqui, debatemos, levantamos os números sobre o que está acontecendo com a segurança do estado de Santa Catarina, todos os parlamentares falando, mas não estamos encontrando o eco. Não há uma resposta por parte do governo para que possamos vir à tribuna defendê-lo, pelo menos aceitar a defesa.

Estamos ouvindo por meio da imprensa. O governo responde para imprensa. Mas para nós, parlamentares, que recebemos diariamente a população em nossos gabinetes, infelizmente a resposta por parte do governo de Santa Catarina, no caso da secretaria de Segurança, até agora não apareceu.

Faço aqui mais uma vez um chamamento, um pedido para que possamos abrir os cofres públicos, porque certamente devem ter alguns recursos destinados para a segurança, pois quando fomos governador tínhamos recursos destinados a esse setor, existe até um percentual mínimo para se investir, para atender o clamor da população de Santa Catarina e colocar à disposição dos municípios um número maior de policiais.

Deputado Serafim Venzon, eu sempre digo que policiais não encontramos em prateleira. Nos Estados Unidos contratam-se empresas, não encontramos policiais sobrando. Para colocar policiais em uma cidade tem que tirar de outra. É difícil colocar mais policiais em alguma cidade sem tirar de outra. Como não podemos fazer isso porque podemos prejudicar outro município, senão vejamos: se pedirem um policial de Joinville, tiram de São Bento do Sul; se pedirem em São Bento do Sul, tiram de Canoinhas; se pedirem em Camboriú, tiram de Tijucas; se pedirem em Tijucas, tiram de Florianópolis, e assim por diante. É dessa forma que fazemos!

Então, é necessário que o governo tenha um planejamento nesse sentido. Posso falar aqui de cadeira e com segurança porque nós planejamos e preparamos o concurso público para que no futuro tivéssemos policiais. É necessário que façam urgentemente concurso público e que chamem todos os policiais que já o fizeram e que estão esperando para serem chamados.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Concedo um aparte ao nobre deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Prezado deputado Leonel Pavan, v.exa. aborda dois assuntos sociais importantes que requerem maior investimento de recursos: a questão da saúde e a questão da segurança. Justamente no município que tem uma arrecadação grande, mas tanto a saúde quanto à segurança têm uma aplicação que não depende só do município, depende do estado, da União, apesar de ser um município que tem uma grande arrecadação e alegando deficiência nesse serviço importante, e isso vai depender do estado.

Em Balneário Camboriú, v.exa. é testemunha disso que foi prefeito durante quatro mandatos lá, então conhece bem o quanto que as pessoas pagam de IPTU e

depois em contrapartida na orla, muitas vezes, os habitantes assistem brigas em frente aos bares, aos restaurantes, e a administração local justifica que essa segurança é prestada pelo estado e não pelo município, igual com a saúde.

O município de Itajaí, por exemplo, tem a maior arrecadação de retorno de ICMS em Santa Catarina, 12 vezes maior que Camboriú, e era o campeão da dengue em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência, já que é o último orador inscrito, vai conceder o tempo necessário, mas v.exa. precisa utilizar do bom senso. O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pois não, sr. presidente!

Até agora deu, tudo isso, apenas um minuto e trinta, mas eu queria cumprimentar v.exa. por abordar este assunto e sei que a solução passa por maior interação entre o estado e os municípios.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Deputado Serafim Venzon, v.exa. é médico e sabe, levantei o assunto da segurança e também a falta de médicos daquela sociedade.

E v.exa., por sua experiência legislativa, sabe do quanto é importante fazer investimentos nos municípios, tanto por parte do prefeito, que necessita visão, como por parte dos governos, seja estadual ou federal.

Da mesma forma, quero conceder, aqui, a palavra a outro intelectual da Medicina, o nobre deputado Dr. Vicente Caropreso. O PSDB, pelo menos nesta área, está muito bem representado, com dois grandes médicos.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, sr. deputado Leonel Pavan, sr. presidente, sr. deputado Sílvio Dreveck.

Meu amigo Leonel Pavan, ex-governador, v.exa. sabe as dificuldades que várias regiões do estado estão passando com a segurança pública.

Em Jaraguá do Sul nós temos um policial civil para mais de 3.500 pessoas. V.Exa. não pode imaginar a situação grave da impossibilidade de, praticamente, ir atrás de qualquer bandido, de qualquer furto, de qualquer aspecto o pouco mais complicado.

Realmente, algumas regiões estão muito bem servidas por policiais, tanto civis como militares, e outras praticamente desprovidas.

Algumas regiões, como a sua, de Balneário Camboriú, sofrem muito, porque são polos turísticos, porque qualquer situação sofre muito mais com este estardalhaço que se faz, é lógico, a espetacularização, muitas vezes, mas a vida dos policiais civis e militares, aqui em nosso estado está difícil.

Falta componente, falta contingente, falta melhores condições e, principalmente, uma distribuição melhor, mais equânime, no estado, do nosso pessoal disposto a servir.

Então, parabéns v.exa. pelo assunto abordado, estava ouvindo com muita atenção. Mais uma vez, v.exa. dá o auge a sua região, ao seu estado, ao conhecimento, através dos tempos, dos seus mandatos. Da mesma forma eu quero agradecer, aproveito este gancho, deputado Leonel Pavan, para agradecer as inúmeras manifestações que recebi por ocasião dessa quinzena que passei com dificuldade de saúde.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, me permita ainda dizer que todos nós estamos felizes em ver o deputado Dr.

Vicente Caropreso recuperado, e também hoje é seu aniversário. Os nossos cumprimentos pelo seu aniversário, é um deputado jovem e um médico experiente.

Mas eu gostaria de repetir, quando fui governador, de nove a 10 meses, eu fiz o concurso público com mais de três mil vagas, militares e civis. Passaram-se cinco anos e não estão fazendo o dever de casa.

Eu não tenho nada contra o secretário César Grubba, até acho uma pessoa competente, preparada, e o respeito muito, e ele tem que nos entender, porque nós somos os legisladores, somos os fiscais, nós temos que cobrar.

A população está procurando os deputados para que reivindicuem, para que cobrem, para que exijam, e através desta Casa

exija do governo do estado à reposição dos policiais em cada região do nosso estado.

Eu citei aqui Camboriú, Balneário Camboriú, e a região, em função do que ocorreu nestes últimos dias, mas as reivindicações são em quase todos os municípios de Santa Catarina. O número de policiais que nós temos está muito aquém da necessidade de um estado promissor, de um dos estados que mais arrecada no Brasil, e de grande importância social e econômica.

Acho que este setor merece ser olhado com mais responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais oradores inscritos

em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência registra, com satisfação, a homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. Sintam-se todos homenageados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje às 19h, em homenagem ao Clube Náutico Francisco Martinelli pela passagem do seu centenário de fundação.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015, EM HOMENAGEM AOS 100 ANOS DO CLUBE NÁUTICO FRANCISCO MARTINELLI

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual Gean Loureiro;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Jean Leutprecht;

Senhor diretor-presidente do Clube Náutico Francisco Martinelli, Jean do Amaral Lima;

Senhor presidente da Federação de Remo de Santa Catarina, Carlos Alberto de Melo Dutra;

Senhora presidente do Conselho Estadual de Esporte, Michele de Souza;

Senhor superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Dilnei Bittencourt;

Senhor Roberto Alves, jornalista da RBS TV, representando os homenageados.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem ao Clube Náutico Francisco Martinelli, pela passagem do seu centenário de fundação, foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional, pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Registro a presença das seguintes autoridades:

Senhor professor Marino Tessari, vice-presidente do Conselho Federal de Educação Física, representando também o Conselho Regional de Educação Física;

Senhora primeiro-tenente Carolina Bittencourt, representando neste ato a Escola de Aprendizagem Marinheiros de Santa Catarina;

Senhor Guilherme Domingos Ferla Júnior, representando a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif/SC;

Senhor Tiago Santos, representando a FAM de Todos Brasil - Audiovisual - Mercosul;

Senhor Marco Aurélio Flores, diretor de Marketing do Clube Náutico Martinelli;

Senhor Lenoires da Silva, presidente do Clube de Imprensa da Região Oeste;

Senhora Nesilda Maria de Fátima Reis Medeiros, diretora da Escolinha de Remo Martinelli;

Senhor Afonso Roberto Licks, assessor de Comunicação do BRDE, representando o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Sejam todos bem-vindos!

(Passa a ler.)

"As primeiras regatas, no início do século XX, foram feitas à beira do Hospital de Caridade, na enseada Menino de Deus, e organizadas pela Marinha.

O primeiro clube foi fundado por ilustres moradores da ilha, em 1903, o Clube de Regatas 29 de Abril, ligado à Federação do Remo do Rio de Janeiro, e fechou as suas portas três anos após a sua fundação devido à falta de outros clubes para exercer competições. Mais tarde, o incentivo que faltava para a consolidação do remo surgiu do apoio governamental para a prática de esportes.

Assim foi fundado, em 1915, o Clube Náutico Riachuelo, no canal Rita Maria, que em homenagem a Guerra do Paraguai trazia as cores azul e branca em seu brasão.

O segundo clube a ser fundado foi o Francisco Martinelli, que tinha as cores vermelho e preto como homenagem a um naufrágio de uma viagem da Escola Naval, em 1913."

Neste momento, teremos a apresentação do vídeo institucional do Francisco Martinelli.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o eminente deputado Gean Loureiro, que estará na tribuna representando os demais deputados com assento nesta Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Boa-noite, senhoras e senhores!

Se me permitem os integrantes da mesa, vou iniciar a minha saudação

cumprimentando o ex-presidente Valmir Braz da Silva, e em seu nome cumprimento todos aqueles que dedicaram um pouco do seu tempo e da sua vida para ajudar a dirigir o Clube Náutico Francisco Martinelli. Foram vocês que construíram essa história de 100 anos, e sabemos que por lá não passou nenhum presidente que não dedicou a sua vida, o seu coração e o seu amor ao Clube. E é por isso que hoje temos a oportunidade, na Assembleia Legislativa, com muito orgulho, de comemorar o centenário do Clube Náutico Francisco Martinelli. Meus parabéns a todos os dirigentes que tanto se dedicaram a história deste clube!

Quero saudar o deputado Marcos Vieira, que preside esta sessão e foi o proponente desta homenagem que muito orgulha esta Casa Legislativa.

Saúdo o deputado Jean Leutprecht e também o presidente do Clube Náutico Francisco Martinelli, sr. Jean do Amaral Lima, que representa aqui toda a diretoria do Clube nesta bela homenagem.

Permitam-me cumprimentar todos os demais integrantes da mesa, em nome do presidente da Federação de Remo, Carlos Alberto Mello Dutra, o Liqueinho, porque ele foi o grande responsável por eu ter sido, por alguns anos, um atleta de remo dos clubes de Florianópolis.

Então, trago um abraço a todos os homenageados, aos superintendentes da Fundação Municipal de Esporte e da Federação de Esporte, ao Roberto Alves e a todos os colonistas apaixonados pelo remo e pela história de Florianópolis, e que tanto divulgam e defendem essa história tão bela que se confunde com a história de Florianópolis.

Tivemos a oportunidade, pelo vídeo que foi apresentado, de vivenciar o tempo das famílias tradicionais, que acreditaram no esporte há mais de 100 anos e, de maneira abnegada, começaram a formar os clubes de remo. E o Francisco Martinelli não foi diferente. Envolveu parte de famílias tradicionais que acreditavam e apostavam nisso - e começou, obviamente, na Beira-Mar, que era o ponto de encontro com o mar em Florianópolis, e onde se iniciou.

Obviamente que, com o tempo, após muitas batalhas, foram para um local próximo à rua João Pinto, mais central da cidade. E muito se desejava, naquela época, que houvesse uma estrutura náutica na cidade de Florianópolis. E esse foi um debate de muitos anos, pela pesquisa que fiz sobre o tema, e foi preciso dedicação e muitos compromissos políticos até se concretizar o espaço que existe hoje. Ficaram pelo menos durante uma década junto ao Arataka, mantendo a história com muita luta e pouca estrutura. Depois disso, toda aquela estrutura náutica do Walter Lange recebe, hoje, os três clubes de remo de Florianópolis, que são um orgulho para Santa Catarina.

A Assembleia tem muito prazer de não deixar passar em branco essa data de grande importância para a história do esporte de Santa Catarina e, de maneira especial, para a história da nossa capital.

Florianópolis sempre foi reconhecida, mesmo tendo pouca estrutura e poucos investimentos, como uma cidade com destaque no remo brasileiro. Eu sei que, muitas vezes, é difícil competir com a estrutura que o Rio de Janeiro e outras cidades oferecem, pois elas têm grandes investimentos, apoio, e aqui sei que, muitas vezes, depende dos patrocinadores tradicionais, muitos ex-remadores que acreditam no time e continuam investindo. Ainda não existe uma política pública definitiva, e aqui não falo dos governantes de plantão, mas do histórico de governantes que pudessem entender como os projetos sociais voltados ao remo podem ser uma das grandes oportunidades de muitos jovens que não têm a opção de ter a disciplina, a dedicação e o esporte como uma alternativa. E os clubes de remo têm um pouco disso.

Eu vivenciei muitos jovens, sendo que a minha mãe trabalhava junto com o Liqueiro na Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva. E, obviamente, que tentava convencer todos para praticarem remo, e ele puxava mais para o Aldo Luz, obviamente, naquela época.

Então, iniciei a minha história no remo no Aldo Luz e vi lá muitas pessoas simples, que não tinham nenhuma oportunidade a não ser aquela. Posso dizer que para muitos a única alimentação que tinham, após o treino, às 4h30, era o café da manhã com Nescau e pão com mortadela. Aquela era a única alimentação que tinham e eles voltavam inicialmente pela alimentação mesmo.

Lá foi-se constituindo muitos que, hoje, transformaram-se em atletas, não do remo, mas de outras atividades esportivas. E pouco a pouco pôde mostrar, através dos projetos sociais, das escolinhas, a revelação de grandes talentos não apenas no quesito rendimento, mas no quesito inserção social.

Hoje, observamos esses jovens que aqui participam desta sessão, e que estão lá preparando-se para ser grandes atletas, ou criaram essa paixão pelo remo que acaba sendo eterna. Eu, mesmo não tendo mais as condições físicas adequadas nem a habilidade que muitos remadores que foram campeões têm, tive a honra de viver muito próximo do remo. E acabei migrando para o Martinelli em seguida, onde o meu treinador, o Trombeta, não deixava a turma aliviar. Tínhamos que subir o Morro da Cruz naquelas corridas intermináveis, e se descansássemos por um segundo, levávamos alguns sermões e continuávamos. Foi naquela época que subi pela primeira vez as escadarias do Mocotó, pois ele nos levava para subir os 300 degraus para ter condições e força física para engrafar o esforço físico necessário do atleta ideal.

Eu sei que muitos passaram pelas dificuldades, venceram, persistiram e isso faz essa paixão viver dentro de todos nós.

Nós, que representamos muitas vezes a sociedade, seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo, temos a obrigação de conhecer essa modalidade, acreditar e dar um apoio muito maior. É óbvio que esse apoio muito maior passa não apenas por disponibilizar recursos, mas por acreditar e ter no remo mais uma atividade desportiva que possa fazer a verdadeira inserção social dentro de todas as famílias de Florianópolis e Santa Catarina.

É óbvio que desejamos muito mais, que há muito tempo discute-se que haja uma passarela que permita dar segurança aos atletas que atravessam do Terminal Rita Maria até o Parque Náutico para poder fazer lá a sua atividade. Esta é uma luta de muito tempo que se vem discutindo, ainda não conseguimos o resultado, mas continuaremos a batalha até isso poder se concretizar. Este é o nosso papel: estamos aqui colaborando com vocês, abrindo portas, demonstrando que o remo faz parte, sim, da história, que é um esporte que tem muito a crescer ainda em Florianópolis e precisa de apoio e agir de maneira integrada, como agem agora todos os clubes, tendo na federação a sua liderança.

Obviamente que nesse centenário do Clube Náutico Francisco Martinelli, temos muito a comemorar por essa história de resistência, de força e de vitória que nos faz ter a certeza de que outros centenários virão pela frente com uma batalha. Certamente não estaremos mais aqui, mas os nossos descendentes vão lembrar, Valmir, de muitos, como você, que ajudaram a construir a história do Clube.

Agradeço a todos que participam desta sessão. Muito obrigado pela oportunidade de, nas comemorações do centenário, participar desta sessão. Cumprimento o deputado Marcos Vieira e agradeço o convite para me manifestar em nome dos deputados estaduais nesta Casa Legislativa.

Tenham certeza de que a homenagem feita na noite de hoje pode ser singela, mas é um reconhecimento, sim, do trabalho de cada um, do destaque, do desempenho dos atletas, da luta dos dirigentes e do apoio que tiveram. E nós, homens públicos, queremos cada vez mais reconhecer e apoiar essa atividade, e sempre comemorar o sucesso do remo em Santa Catarina.

Mas, hoje, Liqueiro, é o dia do Clube Náutico Francisco Martinelli, e estamos aqui saudando o centenário do nosso clube, com muito orgulho.

Por isso, muito obrigado a todos e parabéns pela bela sessão! Sucesso ao nosso Clube Francisco Martinelli, sendo que a sua história faz parte da história de Florianópolis e Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Agradecemos a participação do deputado Gean Loureiro.

Neste momento, quero falar um pouco mais sobre o remo de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

“Após a fundação dos Clubes Náuticos Riachuelo e Francisco Martinelli, em 1918 surge o Clube de Regatas Florianópolis, com as cores branco e vermelho. O nome do clube foi mudado, posteriormente, para Clube de Regatas Aldo Luz.

Como consequência da fundação do terceiro clube, surgiu, em 1919, a Federação Catarinense de Desportos Aquáticos, que alcançou o mérito de organizar o remo no

estado e elevar o número de competidores e das competições.

Os periódicos da época davam à prática do remo uma projeção equivalente a que hoje é dada ao futebol. Torcer e evidenciar o clube, ou cada um desses três clubes, tornavam-se as principais intenções dos torcedores.

As notas e reportagens trazidas pelos jornais repercutiam nas mais diversas vertentes do remo, abrangendo desde os competidores dos páreos às festas e manifestações culturais promovidas pelos respectivos clubes.”

Depois falarei um pouquinho mais sobre o remo.

Neste momento, convido a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta uma homenagem ao Clube Náutico Francisco Martinelli pela passagem do seu centenário de fundação, na promoção da prática do desporto do remo de caráter competitivo e amadorista, apoiando iniciativas de cunho cultural e educacional da comunidade florianopolitana, valorizando a ética, a paz e a cidadania, contribuindo com a construção da história do esporte catarinense.

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega das homenagens, juntamente com o deputado Jean Leutprecht.

Convido para receber a homenagem o sr. Jean do Amaral Lima, diretor-presidente, neste ato representando o Clube Náutico Francisco Martinelli.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem às personalidades e entidades pelo importante apoio ao clube nestes 100 anos de história.

Convido para receber a homenagem o sr. Dilnei Bittencourt, superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o jornalista Roberto Alves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Neuza Beltrame, neste ato representando a sua filha e atleta Fabiana Beltrame.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. André Baracuhu, neste ato representando o sr. Nilton Brasil Pacheco, atleta e dirigente durante cinco décadas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Arnaldo do Amaral Lima, atleta e dirigente durante cinco décadas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Valmir Braz da Silva, atleta e dirigente durante cinco décadas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Afonso Roberto Licks, neste ato representando o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o diretor Marcos Giraldi, neste ato representando a RIC TV.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Oberdan Vilain, neste ato representando a empresa Água Mineral Imperatriz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Marcos Vieira e ao sr. deputado Jean Leutprecht.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo da regata realizada em Florianópolis, no dia 25 de julho de 2015, que teve o propósito de homenagear todos os atletas que fizeram parte da história centenária do Clube. Duas equipes disputaram dez provas em várias categorias com os atletas de 12 a 86 anos vestidos com as cores do Clube, e realizaram uma grande festa.

Muito obrigada a todos e boa-noite!

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o jornalista Roberto Alves.

O SR. ROBERTO ALVES - Ao cumprimentar o presidente, deputado Marcos Vieira, cumprimento todas as autoridades que fazem parte da mesa e já nominadas pelo protocolo.

Quero referendar um pouco mais a felicidade que teve o deputado Marcos Vieira ao lembrar de um dos maiores clubes de remo da América do Sul, que é o Clube Náutico Francisco Martinelli. Feliz este momento!

Cumprimento o sr. presidente, os deputados, o presidente da fundação, as autoridades e o público aqui presente.

Vim desarmado. Não anotei e não escrevi nada. Vim para conversar um pouco sobre aquilo que sempre gostei, que é o remo. Muitos podem pensar e imaginar que o futebol é a minha especialidade, mas comecei no rádio falando de remo. O remo sempre esteve muito próximo de mim, desde os meus 15 anos de idade.

Eu não quero fazer discurso. O deputado Marcos Vieira já foi muito feliz em trazer alguns aspectos protocolares da história do remo da capital, e o deputado Gean Loureiro também fez o seu discurso. Eu vim aqui para conversar um pouquinho, em nome dos homenageados, todos muitos felizes, todos com muita relevância, todos merecedores da lembrança do Clube Náutico Francisco Martinelli nesta noite gloriosa e feliz para todos nós, do esporte, especialmente do remo da capital, do país e do exterior também.

Sr. presidente, meus amigos, há uma regrinha para se fazer um discurso, e que eu costumo dizer, mas não costumo obedecer, que é exatamente falar alto para ser ouvido, falar de um lugar alto para ser visto, e falar rápido para ser aplaudido. Este último item é difícil de ser cumprido. Falar rápido é difícil para quem está no microfone todos os dias e não pode ver um na frente, e é chamado a todo instante.

Mas a minha história com o remo, e de todos que estão aqui sendo homenageados, tem relevância. Com 15 para 16 anos de idade, comecei a minha carreira na Rádio Guarujá, que ficava exatamente localizada no Edifício Martinelli, na rua João Pinto, n. 43, no centro de Florianópolis. E como operador de som, que foi a primeira função que eu exerci no início, com quase 16 anos de idade, eu chegava às 6h para abrir a rádio e colocar a emissora no ar.

Invariavelmente, antes de fazer isso, eu ia dar uma olhadinha no galpão debaixo, que era onde ficava o Clube Náutico Francisco Martinelli. E lá, quase todos os dias, eu via o Manoel Silveira, o Vilella, o Jobel Furtado e uma plêiade antiga de remadores carregar aquele barco de Garapuvu, pesado à beça, colocar na água e sair para os treinamentos às 6h com uma vontade e uma intensidade de dar inveja a qualquer um. Eu comecei a me apaixonar por aqueles remadores e pela modalidade. Pouco mais tarde, comecei a participar, como repórter, das transmissões do remo.

A nova geração precisa tomar conhecimento do que foi o remo. Não é o futebol, não é o Avai e não é o Figueirense o nosso melhor produto. O nosso grande produto sempre foi o remo. Em se tratando de Clube Martinelli, sempre foi um remo campeoníssimo, de relevância extraordinária para o esporte brasileiro.

Nós formamos e mandamos atletas para os grandes centros, como no Rio de Janeiro, que tinha Vasco e Flamengo como grandes remadores, mas eles dificilmente ganhavam de nós. Naquela época, eles, com um barco de fibra de carbono e nós, com barco de madeira da Garapuvu, pesadíssima, mas a disputa era assim: pau a pau.

Então, o remo está para nós, da capital do estado, proporcional e evidentemente, como as manhãs de domingo estiveram à época de Ayrton Senna e de Gustavo Kuerten, quando a cidade parava para que pudéssemos acompanhar pela televisão o Ayrton e o Guga.

No meu tempo, não tínhamos a televisão ainda, depois houve um acréscimo, mas tínhamos uma disputa acirradíssima, tanto quanto Martinelli, Aldo Luz e Riachuelo, entre as Rádios Guarujá e Diário da Manhã. Eram duas competições fortíssimas, na água e fora dela, para ver quem tinha a melhor audiência, a melhor transmissão e quem trabalhava mais em função do remo.

Não havia o aterro da Baía Sul. Então, tínhamos um público que começava no late Clube Veleiros da Ilha e ia até próximo à Ponte Colombo Sales para ver a chegada à Ilha do Carvão.

Então, havia gente que saía correndo por terra para acompanhar, passo a passo, par a par, remada a remada, até o final. Isso não tinha preço, era um negócio fantástico. Os jornais *A Gazeta* e *O Estado* faziam, durante a semana inteira, coberturas fantásticas, esperando, preparando e motivando a regata de domingo, seja da cidade, do estado, um campeonato brasileiro ou até um sul-americano, que promovemos muitas vezes aqui.

Havia torcedores fanáticos naquela época, e havia um senhor chamado Eugênio Dutra, que não era outro senão o pai do Carlos Alberto Dutra, o Liquinho, que tinha uma paixão pelo Martinelli impressionante. Esse homem ficava rouco, saía correndo e acompanhava. Em determinada época da vida, disseram-lhe: "Eugênio, você tem que parar, pois não tem mais idade para ficar correndo de lá para cá

acompanhando. Daqui a pouco o coração pode falhar". Convenceram-no a ficar embaixo do galpão do Clube Martinelli, perto da Capitania dos Portos, onde havia o trapiche, acompanhando a regata. Mas era muito pouco para ele, que queria ver de perto. É claro, o filho dele estava na água, o Liquinho, disputando regatas fenomenais, e ganhava quase todas. E numa delas o seu Eugênio estava alucinado para saber como estava o seu filho, e alguém pegou um binóculo e disse: "Com calma, assista aqui que você vai ver quem está na frente". Ele, muito nervoso, pegou o binóculo e, ao olhar através dele, o seu filho apareceu bem na cara dele. Ele mandou um recado para o filho, falando baixinho para o outro do lado não ouvi-lo: "Arromba meu filho"! Falou baixinho, como se ele estivesse ouvindo lá no meio do mar. Há coisas assim extraordinárias!

O nosso remo ultrapassou fronteiras. Uma vez, na Argentina, no Rio da Prata, no Rio Tigre, havia uma visão muito ruim para se fazer a transmissão. E aqui há outra briga, outra rivalidade no remo: essa transmissão foi feita pela Rádio Guarujá. Alguns dizem que foi o nosso saudoso Lauro Soncini, o narrador, que também era do Clube Martinelli. O Clube Martinelli representava o Brasil numa prova de dois ou quatro *skiff*, não me lembro. E muito apaixonado e nervoso, alguém disse para o Lauro Soncini - e quem reivindica que foi ele que fez isso foi o Fernando Linhares da Silva, mas eu tenho a impressão de que foi o Lauro Soncini -: "Largou! E o Brasil está muito bem com o barco do Clube Martinelli". E aí ele acelerou a transmissão e todo mundo ouviu pelo rádio: "Martinelli em primeiro, Argentina em segundo". Ele não dizia que estava narrando o Brasil, que era representado pelo Clube Martinelli. Depois de seis minutos, os barcos começaram a chegar próximo, ele começou a perceber e alguém tirou o fone do ouvido dele e disse: "A prova não largou ainda". Ele respondeu: "Mas como não? Se o Martinelli está um primeiro lugar, como é que a prova não largou?". "A prova não largou, houve um problema". Ele não perdeu a esportiva, foi diminuindo o ritmo e dizendo: "O Martinelli sai do primeiro, passa para o segundo, vai diminuindo a remada". Foi fazendo assim até se perceber que era um tronco de árvore que estava chegando bem perto. Esse tronco de árvore, quando dobrou a esquina, no início da regata, dava a falsa impressão, mas só havia um e o Martinelli era logo identificado. Ele não perdeu a esportiva, foi diminuindo até largar a prova. Ele largou novamente junto, mas não passou o recibo.

São coisas como essas que o remo nos faz lembrar e que nos deixam muito felizes. Hoje, vindo aqui uma homenagem ao Clube Náutico Francisco Martinelli, que tem uma história rica de vitórias e conquistas, ficamos emocionados. É evidente também que o nosso esporte passa por dificuldades em alguns momentos, como o aterro da Baía Sul até o nascimento do Parque Náutico Walter Lang. Daí a razão pela qual muitas entidades acabaram por ser importantes e hoje estão sendo homenageadas no apoio e na parceria a um esporte que foi sempre o nosso melhor esporte. Não tenham dúvida quanto a isso!

Quando o aterro foi feito, o governador era o Colombo Salles. E aí começaram a questionar como seria feita a regata, se iria desaparecer a Ilha do Carvão. O governador Colombo Salles deu uma entrevista dizendo o seguinte: "Não é nada disso que estão falando. Aliás, esta é uma ilha que tem mais onda fora do que o mar. Estão fazendo muitas invenções

que não são verdades". Mas acabou acontecendo e a Ilha do Carvão desapareceu. Apenas não se fez aquelas favelas que estavam previstas para o aterro da Baía Sul, que não deixaram fazer.

Mas, então, o remo recuperou, a partir de uma determinada época, essa nova geração que aí está. Para terem uma ideia da importância do nosso remo, nos próximos dias o Valmir Braz da Silva, que foi um remador e um grande presidente, juntamente com Liquinho, embarcará para a Bélgica. Até hoje somos lembrados e o remo catarinense vai disputar o Mundial de Masters. Nós já fizemos isso muitas vezes, e já tivemos vitórias espetaculares fora do Brasil, tanto que até hoje somos lembrados para qualquer tipo de convite.

No último final de semana, o Clube Martinelli ganhou a terceira etapa da Copa Catarinense de Remo, em Blumenau. Foi mais uma vitória! E daí muita gente pode dizer: "Ah, mas ninguém sabia disso". Mas aí vai um pouco de *mea culpa* da imprensa também. Nós temos o remo como o mais importante e vitorioso esporte, mas divulga-se muito pouco. Eu quero assumir também esse equívoco, porque ninguém se lembra que essa garotada vai às 5h remar sem ter nenhuma vantagem, a não ser o prazer de vestir a camisa do seu clube e representar a sua cidade nos Jogos Abertos de Santa Catarina e em outras competições nacionais.

Por isso, acho extremamente relevante a sua lembrança de fazer uma homenagem ao centenário do Clube Náutico Francisco Martinelli.

Eu ainda teria muitas e muitas histórias para contar, mas, como disse no início, tenho que falar rápido para não me tornar cansativo.

Eu não me canso de falar do remo e tenho muito prazer. Quando fui convidado para participar desta sessão, era tudo que eu queria, ou seja, vir aqui e falar um pouco, na Casa do Povo, de uma coisa do povo que tem que ser definitivamente lembrada, que é o nosso remo da capital, que é o Clube Náutico Francisco Martinelli que nos trouxe muitas glórias e colocou-nos nas manchetes de todo o país. E ele nos dá o suporte de poder dizer que o remo também tira os rapazes de outras situações e traz para o esporte. Hoje é o Dia do Professor de Educação Física, e precisamos lembrar essa data porque esse pessoal também tem um trabalho notável.

Para não me alongar um pouco mais, quero agradecer, sr. presidente, em nome dos homenageados, esse momento oportuno. Eu me sinto fascinado de poder falar de remo, lembrar das histórias e das grandes regatas que eu também tive o privilégio de transmitir na antiga TV Cultura, na época em que se dedicava um pouco mais de espaço para o remo, à vela e aos nossos esportes náuticos.

Eu vi ali agora, e meu deu saudade, o oito do Clube Martinelli na água, aquela remada bonita, compassada, sincronizada. As narrações eram espetaculares. Nós criávamos palavras fantásticas, como, por exemplo: começava com água de almirante, nos 500m iniciais já tinha marola, daí o remo enforcava. Quando se dizia que começou a sair marola, era o vento sul que começava a cair devagar. "Estão enforcando o remo, não vai chegar, vai chegar, a disputa vai ficar mais interessante". Então, a comunicação ajudava a fazer a emoção de um campeonato da cidade ou do estado, e de uma regata, pela rivalidade existente. Não há nada mais interessante do que o Clube Martinelli ou o seu coirmão do

lado, no tempo antigo, o vermelho e branco, pois quem ganhava e chegava lá para guardar o barco, soltava foguete para provocar. É como o negócio do Avaí e Figueirense, mas de forma sadia.

Então, sr. presidente, parabéns, mais uma vez! O nosso querido Clube Martinelli está aí! Estou vendo o Valmir Braz da Silva, o Arnaldo do Amaral Lima, o André Luiz da Costa Baracuh, o Oberdan Nazareno Vilain, enfim todo esse pessoal que vivenciou essa história do remo na capital do estado e em Santa Catarina. Eu sinto não haver um pouco mais de aficionados do remo para poder curtir esse momento salutar, agradável em que resgatamos um pouco da nossa história, que é vibrante, maravilhosa e vitoriosa.

Sr. presidente, eu apenas não contei a história do Dona Peita, que é mais ou menos assim: havia um alemão que falava muito mal o português e nunca ganhava do Liquinho. Ele saía 500m na frente e chegava 500m atrás. Bem em cima da hora, ele ia caindo, caindo, caindo e dizia: "Dona peita, dona peita". Perguntaram: "O que há contigo"? Ele respondeu que era dor no peito. Disse que chegava aos 1.000m da prova e dava dor no peito. E como ele não falava muito bem o português, ele dizia que estava com "dona peita". E assim ficou com esse apelido de Dona Peita.

Então, ficaria falando aqui a noite toda, sem cansar. Mas antes de parar de falar, quero contar outra história. Uma vez estávamos numa solenidade na Grande Florianópolis e uma banda tocou o Hino Nacional. O hino durou uns dez minutos, porque não sabiam como terminá-lo. Percebemos a dificuldade da banda em terminar o hino e resolvemos bater palmas. As palmas foram aumentando e eles pararam de repente. É isto que vou fazer neste momento e batam palmas para eu poder sair!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Convido para fazer uso da palavra o presidente do Clube Náutico Francisco Martinelli, Jean do Amaral Lima.

O SR. JEAN DO AMARAL LIMA - Boa-noite!

Cumprimento o deputado Marcos Viera e estendo esses cumprimentos aos membros da mesa e a todos os presentes.

Quero agradecer, em nome da diretoria do Clube Martinelli, imensamente esta oportunidade.

(Passa a ler.)

"Florianópolis, 31 de julho de 1915

Nossa! Que cidade bonita! Quanto mar a minha volta! Calculo uns 15 mil habitantes neste lugar. E como eles utilizam o mar por aqui. É um vai e vem de barcos, canoas e bateiras, transportando mercadorias e pessoas por esse estreito canal. E a maioria impulsionada a remo. As cores também são maravilhosas. Tem o vermelho do encarnado, da carne, do sangue. Precisarei transmitir aos meus atletas esse vigor, essa força do vermelho. E o preto, que combinação. O preto cai bem nesses corpos esbeltos e musculosos.

Fui fundado nesta bela cidade chamada Florianópolis. Uma cidade que tem a alma náutica, pois, já no ano de 1504, começou a ser frequentada por navegadores europeus que tinham como destino a Bacia do Prata e aqui descobriram um refúgio natural para descanso e reabastecimento de suas naus. Exatamente há cinco séculos, os primeiros europeus aqui desembarcaram e colocaram esse pedacinho de terra no mapa da

navegação mundial. Porto dos Patos, Ilha de Santa Catarina, Desterro e, por fim, Florianópolis.

Gente, desculpem-me, não me apresentei. Sou o Clube Náutico Francisco Martinelli. Nasci no dia 31 de julho de 1915. Meu nome é uma homenagem ao um jovem que sonhou ser oficial da Marinha de Guerra do Brasil. Um jovem de origem humilde, que demonstrou muita força de vontade para pertencer a tão nobre instituição. Essa história de luta e obstinação do jovem Martinelli comoveu aquele grupo que acabava de me dar vida. Obrigado, Oswaldo Reis e seus 33 companheiros! Gostei deste nome e prometo honrá-lo pelo resto da minha vida, e que seja longa a minha vida.

Mas eu ainda não disse o meu propósito. Sou um clube de remo. Sim, remo, um esporte sensacional, tido como completo e por isso mesmo complexo. Ora, se o remo é completo no sentido de exigir grande quantidade de músculos do seu praticante, eu concluo que é complexo para esse praticante treinar e utilizar de forma sincronizada esta quantidade grande de músculos. São braços, tronco e pernas que se articulam sobre um carrinho que desliza em um barco para transmitir a força certa sobre o remo através da alavanca que este faz em uma braçadeira. Ufa, como é complexo. Mas como é prazeroso. Por que será? Por que será que a família Martinelli é tão grande? Por que será que tem diretor que entrou no meu galpão ainda jovem e permanece ajudando-me durante os últimos 50 anos? Sim, isso existe, cito sem pestanejar os srs. Nilton Brasil Pacheco, Arnaldo do Amaral Lima e Valmir Braz da Silva.

Gosto de acordar cedo. Gosto de ver o sol nascer. Quero logo abrir as minhas portas para receber os meus queridos atletas. Fico ansioso para ver os que defendem as minhas cores vestirem as suas roupas de treino, levarem os seus remos até a praia e colocarem um dos meus barcos na água. Meus barcos, meus preciosos barcos. Cada um é chamado por um nome e são parte da minha alma. Quero que cuidem deles como se fossem as coisas mais valiosas do mundo.

Acho que os diretores sentem isso também. Para ver um diretor furioso, basta um barco sofrer algum dano. Também, eu entendo, pois cada barco tem uma história de luta para a sua aquisição. São frutos de muitas reuniões, solicitações, economias realizadas para produção ou compra de cada um deles. E quando um novo barco é conquistado, faz-se uma festa. É claro, tem que festejar a chegada de mais um membro da esquadra martinellina. A cerimônia é de batismo e o nome dado é geralmente uma homenagem a quem proporcionou essa importantíssima aquisição. Uma forma simples, mas muito autêntica de dizer muito obrigado.

Troquei de casa três vezes. Nasci na Praia de Fora, atual avenida Beira-Mar Norte. Depois ganhei de apaixonados pelo remo a minha sede do centro da cidade. Lá firmei como um grande clube de remo, ganhei títulos, conquistei Florianópolis. Os grandes campeões Valmor Vilela e Manoel Silveira fizeram história quando eu lá morava, assim como a campeoníssima guarnição oito com timoneiro, de 1970, formada por Azuir, Mauro, Luiz, Arnaldo, Ademar, Jauro, Renato, Carlos e Jobel.

Meus exemplares diretores tiveram a sensibilidade de preservar esta sede e até hoje ela me pertence. Obrigado, diretores! Vocês estão preservando o meu patrimônio e, mais que isso, a minha história.

Posteriormente, fui obrigado a me mudar devido ao progresso da cidade. Com o

aterro da Baía Sul, fiquei longe do mar e isso para mim significa a morte. Mais uma vez, os meus diretores entraram em cena e conseguiram um lugar provisório embaixo da Ponte Hercílio Luz, onde hoje funciona o bar Scuna. Fiquei por lá até a minha atual sede ficar pronta e ser entregue. Isso ocorreu em 1979, e desde então é onde moro e recebo os meus queridos atletas.

A minha trajetória de sucesso continuou e ganhou força. Na nova casa recebi apoio, a minha incansável diretoria buscou recursos e os talentos que por esta cidade circulam, novamente a mim vieram. Nos últimos 40 anos foram muitos, que bom! Surgiram os títulos nacionais, sul-americanos, pan-americanos e classificações para as olimpíadas. Que honra, que orgulho, que emoção: vários martinellinos fazendo parte da Seleção Brasileira de Remo.

Nas primeiras décadas de minha existência, o remo foi assunto constante da mídia, havia até revista especializada. Contudo, com o passar do tempo, outros esportes surgiram e as atenções foram-se dividindo. Que bom, Florianópolis cresceu, modernizou-se e o rol de modalidades esportivas acompanhou o crescimento da cidade. Agradecemos à imprensa que se manteve parceira do remo, divulgando o meu cotidiano e as minhas conquistas.

Obrigado, RIC TV e profissionais da imprensa, Roberto Alves e Cacau Menezes. O trabalho de vocês é primordial para divulgar os meus títulos e informar aos jovens que eu existo e estou de portas abertas para recebê-los.

Por falar em apoio, sempre precisei contar também com a sensibilidade de pessoas e de instituições públicas e privadas para que eu possa desempenhar as minhas atividades. No início, eu estava muito ligado aos homens públicos. Famílias tradicionais da política da capital me adotaram e cuidaram de mim. Quando atingi a maioridade, consegui certa autonomia financeira devido ao espetacular trabalho da minha diretoria, que preservou o meu patrimônio.

Mas, mesmo assim, continuo a depender de ajuda. Hoje falo em alto e bom som: obrigado, Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis, na pessoa de Dilnei Preve Bittencourt! Obrigado, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul! Obrigado, Água Mineral Imperatriz. A ajuda de vocês é repassada para toda a sociedade, quando ofereço, sem custo, a prática do remo aos jovens que vêm até mim.

E as mulheres dos remadores? No início, elas tinham ciúmes de mim. Elas

ficavam se perguntando: "Por que o meu companheiro custa a se levantar da cama para irmos à feira, mas quando é para remar, pula às 5h, antes mesmo de tocar o despertador!" E pode ser inverno, com chuva, vento sul, não importa. Para ir ao Martinelli remar, não há tempo ruim. E as companheiras ficavam pensativas: "O que esse tal de Martinelli tem? Vou lá conferir!" Que bom que vieram. Tinha certeza de que quando viessem não iam mais me largar. Isso mesmo, é o meu jeito, a minha energia, a minha alegria. Gosto tanto dos meus atletas que muitos recebem apelidos, carinhosos apelidos: Coxa, Coxinha, Carocha, Caloca, Bóia, Pinhão, Bolo, Tim Maia, Vera Verão, Selvagem, Selvinha, Sem Expressão, Sorriso, Sorrisinho, Mamaca, Buraco, Munhã, Pescoço, Pantera, Cabelo, Chubaca, Piu-Piu, Fala Muito, Malha Fina, Infraero, Bombeiro, Geriçó, Macarrão, etc.

Agora uma coisa: nem todos tem apelido. Fabiana Beltrame, por exemplo, não tem. Opa, desculpem, ela tem sim. Conquistou o seu apelido da maneira mais nobre possível. Pelo mérito e competência, é conhecida como a Rainha do Remo Brasileiro.

Esta é minha história, mostrei que tenho um passado glorioso que gostamos de relembrar e respeitar, mas a diretoria do Clube Martinelli trabalha firme no presente porque tem a convicção de que o Clube Martinelli será sempre motivo de orgulho para Florianópolis e para o remo do Brasil.

Muito obrigado a todos e viva o centenário do Clube Náutico Francisc Martinelli!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - (Passa a ler.)

"Na segunda metade do século XIX, em frente à Praça XV, havia a praia da Praça Central, que percorria quase toda a rua do Príncipe e terminava na rua Augusta, atual rua João Pinto, construindo uma propícia enseada para a navegação do comércio. Era lá que abicavam as canoas que dos diversos pontos da ilha e do continente próximo traziam gêneros para expô-los a venda, em esteiras desdobradas ao longo das areias. Pessoas, animais e cargas cortavam a Baía Sul. Ela, que se estendia do extremo do Estreito, Forte de Sant'Ana e chegava ao Zé Mendes, era a principal e a mais animada pista marítima.

As regatas, no auge de sua história, entre as décadas de 1920 e 1940, eram grandes acontecimentos. Uma regata chegava

a atrair seis mil pessoas, entre atletas, sócios dos clubes, políticos, autoridades e, principalmente, torcedores e público em geral, numa cidadezinha que contava, em 1900, com cerca de 15 mil habitantes e em 1940, com a incorporação dos demais bairros, com cerca de 25 mil habitantes. É muita coisa!

No dia 14 de junho de 1979, ocorreu a inauguração do Parque Náutico Walter Lang e desde então é lá que os alicerces do Clube Náutico Francisc Martinelli fincam-se sob a solidez da rocha da Ilha do Carvão.

A manezinha Fabiana Beltrame saiu de Florianópolis para ser a primeira brasileira a ganhar uma medalha de ouro no mundial de remo."

Faço esta citação para também homenagear todas as mulheres que praticam essa modalidade de esporte.

Aliás, falando de esporte, devo dizer que o remo, sem sombra de dúvida, é um esporte que fez com que Florianópolis despontasse mundialmente. E como a vela ajudou, é verdade. Lembro-me bem das grandes regatas de vela capitaneadas pela Capitania dos Portos, ocorridas também nas nossas baías.

Mas se algumas modalidades ajudaram Florianópolis a aparecer e ser reconhecida no mundo inteiro, algumas pessoas que praticaram outras modalidades de esporte fizeram com que a nossa cidade e Santa Catarina também despontassem.

Gostaria de saudar o grande jogador de futebol de Santa Catarina, Oberdan Nazareno Vilain, que está aqui presente. E quero oferecer-lhe uma calorosa salva de palmas. Ele, na prática do futebol, fez Santa Catarina também se despontar no cenário nacional e internacional.

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Antes do encerramento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 049-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Patrício Destro, por um período de sessenta dias, a contar de 5 de outubro do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de setembro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

Ofício nº 224/2015

Florianópolis, 24 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Exmo. Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorização para afastamento por motivos particulares das atividades parlamentares, deste que subscreve, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 05 de outubro de 2015, sem remuneração.

Solicito, por conseguinte, a convocação do 1º (primeiro) suplente, Julio Cesar Ronconi.

Certo de contar com sua habitual atenção, renovo votos de estima e consideração.

Cordialmente,
Patrício Destro
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/15

*** X X X ***

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 047-DL, de 2015**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Julio Cesar Ronconi, 1º Suplente da Coligação PSB, PPS, PTC, PHS, PSL, PTDob, PRTB, PTN, SD, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Patrício Destro, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de setembro de 2015.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente

Deputado Valmir Comin - 1º Secretário

Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

Ofício nº 224/2015

Florianópolis, 24 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Exmo. Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorização para afastamento por motivos particulares das atividades parlamentares, deste que subscreve, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 05 de outubro de 2015, sem remuneração.

Solicito, por conseguinte, a convocação do 1º (primeiro) suplente, Julio Cesar Ronconi.

Certo de contar com sua habitual atenção, renovo votos de estima e consideração.

Cordialmente,
Patrício Destro
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/15

*** X X X ***

ATO DA MESA**ATO DA MESA Nº 601, de 30 de setembro de 2015**

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 2º quadrimestre de 2015, correspondente ao período compreendido entre setembro/2014 e agosto/2015,

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembleia Legislativa, referente ao período compreendido entre setembro/2014 a agosto/2015, na forma do anexo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretário
Deputado Mário Marcondes - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2015
(SETEMBRO/2014 a AGOSTO/2015)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 417.155.828,43 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 268.267.899,21 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 148.887.929,22 | |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 49.282.890,95 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 2.291.329,79 | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 634.868,26 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 46.356.692,90 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 367.872.937,48 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|--------------------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 18.934.320.098,63 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 367.872.937,48 | 1,94 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) ² | 397.620.722,07 | 2,10 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 X VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) | 378.686.401,97 | 2,00 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 X VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 357.858.649,86 | 1,89 |

FUNTE: DF.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2. Índice adotado em caráter provisório, conforme Ofício nº 0501/15/GP, de 20/08/2015, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Florianópolis, 28 de setembro de 2015

Andrea Cristiane Fialek
Diretora Financeira

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

Manoel Renato Back
Presidente da Comissão de Controle Interno

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia nove de julho de dois mil e quatorze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: José Milton Scheffer, Vice-Presidente da Comissão, Altair Guidi, Ada Faraco de Luca, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Serafim Venzon. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas do exercício de dois mil e doze e dois mil e treze, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: da Of./0005.2/14 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapecó, Of./0015.4/14 da Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos (AFADefi), de Balneário Camboriú, Of./0048.2/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro, Of./0058.4/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Bonita (APAE), Of./0080.2/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre (APAE), Of./0214.9/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Escola Especial João Estanislau Ângelo, de Braço do Norte, Of./0281.9/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tubarão e o Of./0286.3/14 da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala (APADAF), de Porto União. Da mesma forma, foi aprovado por unanimidade o requerimento de diligência da seguinte proposição: Of./0182.7/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Três Barras, Of./0189.3/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra Velha, Of./0193.0/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna, Of./0222.9/14 da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), de São José, Of./0219.3/14 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Jaguaruna, Of./0257.9/14 da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais (APAE), de Urubici. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Janice Aparecida Steidel Krasniak, Assessora da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, nove de julho de dois mil e quatorze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia nove de setembro de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Rodrigo Minotto e Patrício Destro. O Deputado Kennedy Nunes foi substituído pelo Deputado Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 16ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Gean Loureiro** relatou o PL/0587.6/2013, que disciplina a realização de eventos esportivos em Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foram cedidos vista em gabinete aos Deputados Antônio Aguiar, Darci de Matos, Jose Milton Scheffer e Dirceu Dresch. **O Deputado Patrício Destro** devolveu sem manifestação seu pedido de vista ao PLC/0011.0/2015. **O Deputado Dirceu Dresch** apresentou seu voto vista ao PLC/0011.0/2015, manifestando-se pelo Diligenciamento ao Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado da Fazenda, posto discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o PL/0184.2/2015, que dispõe sobre a publicidade da agenda de atos políticos do Poder Executivo e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** apresentou seu voto vista ao PL/0284.5/2013, que institui o Conselho Estadual da Juventude (CONJUVE-SC) e estabelece outras providências, manifestando-se pela aprovação do projeto com a recuperação da emenda global de autoria da ex Deputada Angela

Albino, posto em discussão e votação foi aprovado por maioria o parecer do relator, Deputado Patrício Destro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, nove de setembro de dois mil e quinze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Kennedy Nunes e Rodrigo Minotto. O Deputado Antonio Aguiar foi substituído pelo Deputado Dalmo Claro de Oliveira e o Deputado Patrício Destro justificou sua ausência mediante ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 17ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Dalmo Claro de Oliveira** apresentou o relatório do Deputado Antonio Aguiar ao PL/0254.0/2015, que dispõe sobre a doação de um imóvel, de propriedade do Estado, situado no Município de Curitiba, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0243.7/2015, que altera o art. 6º da Lei nº 9.183, de 1993, que cria o Programa de Apoio à Criação de Gado para Abate Precoce e dá outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Kennedy Nunes** relatou o PL./0227.7/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão, foi cedido vista em gabinetes aos Deputados Antonio Aguiar, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Rodrigo Minotto e Marcos Vieira. **O Deputado Kennedy Nunes** relatou o PL./0304.3/2015, que cria a indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Kennedy Nunes** relatou o PLC/0024.4/2015, que autoriza o Chefe do Poder Legislativo a dispor sobre a retribuição financeira dos inativos referidos na Lei Complementar nº 380, de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch, José Milton Scheffer e Gean Loureiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dezesseis de setembro de dois mil e quinze.

Deputado Darci de Matos

Vice Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se na Sala das Comissões, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do **Deputado Serafim Venzon** com amparo no parágrafo 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima terceira Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados: Rodrigo Minotto, Natalino Lázare, Manoel Mota, Fernando Coruja, Luciane Carminatti substituindo Dirceu Dresch, conforme Ofício Interno nº 133/2015 e Maurício Eskudlark substituindo o Deputado Jean Kuhlmann, conforme ofício Of. 422/2015. No início da reunião, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão a Ata da

décima segunda reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra para a **Deputada Luciane Carminatti** que relatou o Projeto de Lei nº 0254.0/2015 exarando parecer favorável, com Emenda Modificativa da folha 59, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0401.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Ofício nº 0036.9/2015 apresentando requerimento de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0533.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0637.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0376.4/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0509.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0343.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Fernando Coruja** relatou o Ofício nº 0411.1/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0391.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0593.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0435.9/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0375.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0347.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0528.2/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0371.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Manoel Mota** relatou o Projeto de Lei nº 0226.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0124.1/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0560.2/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0499.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0581.7/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0583.9/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0452.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0310.8/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0315.2/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0485.8/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0529.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0487.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Natalino Lázare** relatou o Projeto de Lei nº 0289.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0423.5/2015 apresentando requerimento de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0469.8/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0463.2/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0626.3/2015 apresentando requerimento de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0563.5/2015 exarando parecer favorável que,

posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0378.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0602.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0431.5/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0491.6/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0592.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Ofício nº 0650.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0304.0/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0286.7/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0304.3/2015 exarando parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Serafim Venzon, agradeceu a presença dos senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Meibel Parmeggiani, Chefe de Secretaria, digitei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala de Reunião das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Deputado Serafim Venzon
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2336/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 024/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA REFORMA DE GABINETES E SALAS DA ALESC, COM INSTALAÇÃO DE PAREDES DRYWALL, RODAPÉS, PORTAS, FORROS E VIDROS.

LOTE ÚNICO

Vencedora: CENTRO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.
Valor do Último Lance: R\$ 29.600,00
Florianópolis, 30 de setembro de 2015

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA
PREGOIEIRO
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 163/2015

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 002/2015 oriunda do Pregão Presencial CL nº 014/2015.

OBJETO: Aquisição e instalação completa de equipamentos de ar-condicionado.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (16 de setembro de 2015).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nos Atos da Mesa nºs 94 e 128 de 09/02/2015 e 27/02/2015, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 14 de 13/08/2015.

| LOTE 1 | | | | VALORES (R\$) | | |
|--------------------|-------|-------|--|---------------|----------|------------------|
| ITEM | QTDE. | UNID. | PRODUTOS | MARCA | UNITÁRIO | SUBTOTAL |
| 1 | 20 | UN | Aparelho de ar condicionado tipo Split System Wall, 9.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 V, monofásico, comando de controle remoto sem fio. KOS09FC | Komeco | 1.026,00 | 20.520,00 |
| 2 | 20 | UN | Aparelho de ar condicionado tipo Split System Wall, 18.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 V, monofásico, comando de controle remoto sem fio. K0518FC | Komeco | 1.562,00 | 31.240,00 |
| 3 | 20 | Serv. | Instalação de ar condicionado tipo Split System Wall, contendo a unidade evaporadora e condensadora, 9.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 V, monofásico, comando em controle remoto sem fio. | KMA | 400,00 | 8.000,00 |
| 4 | 20 | Serv. | Instalação de ar condicionado tipo Split System Wall, contendo a unidade condensadora e evaporadora, 18.000 BTU/h, ciclo frio, tensão 220 V, monofásico, comando em controle remoto sem fio. | KMA | 500,00 | 10.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | 69.760,00 |

1ª REGISTRADA: KMA Fabricação e Comércio de Aparelhos de Refrigeração Ltda.

Endereço: Rua Cumucim, nº 122, Galpão 2, Manaus, AM, CEP: 69.060-105

Fone/fax (48) 3039-4345

e-mail: inildo@bmiproper.com.br

CNPJ/MF nº 14.449.581/0001-62

2ª REGISTRADA: E & AR Equipamentos de Refrigeração EIRELI
Florianópolis, 30 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Denisson Moura de Freitas- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 164/2015

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 003/2015 oriunda do Pregão Presencial CL nº 014/2015.

OBJETO: Aquisição de 30 sistema de drenagem.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (16 de setembro de 2015).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no Decreto Federal nº 7.892 de 23/1/2013, no Ato da Mesa nº 214 de 05/11/2007, nos Atos da Mesa nºs 94 e 128 de 09/02/2015 e 27/02/2015, além das demais disposições legais aplicáveis, dispostas no Edital de Pregão Presencial nº 14 de 13/08/2015.

| LOTE 2 | | | | VALORES (R\$) | |
|---|-----|------|---|---------------|--------------|
| ITEM | QTD | UN | PRODUTOS | UNITÁRIO | SUBTOTAL |
| 5 | 30 | peça | Sistema de drenagem composto por válvulas (bomba de drenagem) e acabamentos; Especificação: - Marca: Sauermann International (ou similar); - Aplicações: Mini Split; - Tipo de Capacitor: 3 níveis; - Funcional: 9 mm; - Parada: 6 mm; - Alarme: 20 mm; - Caudal Max: 81/h; - Expul. Max: 6 m; - Aspiração: 2,5 m³/h; - Tensão: 230 v/50 Hz; - Potência: 12 W | 254,77 | 7.643,10 |
| TOTAL DO LOTE 02 (concedido R\$ 0,10 de desconto) | | | | | R\$ 7.643,00 |

1ª REGISTRADA: Frimac Refrigeração Eirelli.

Endereço: Rua Dom Bosco, nº 1031, Centro, Rio do Sul, SC. CEP: 89.160-000

Fone/fax (48) 3522-4949

e-mail: contato@artechrefrigeracao.net.br

CNPJ/MF nº 17.613.341/0001-35

2ª REGISTRADA: Digiplus Tecnologia Ltda
Florianópolis, 30 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Silvano Paulo Elias- Sócio

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2421, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

DESIGNAR a servidora **ANY SANTOS**, matrícula nº 6361, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Sessões Solenes e Especiais, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 28 de setembro de 2015 (CGP - CE - Gerência de Sessões Solenes e Especiais).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2422, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DANIEL HEIL DOS SANTOS**, matrícula nº 6547, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2423, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 699/15

Ofício 01/2015 Joinville, 22 de setembro de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa da Amizade das Famílias Rotarianas de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Celestina Amorim de Séllos Rocha

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 700/15

Ofício 125/2015 Mafra, 17 de setembro de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Terapêutica Novo Amanhecer (ATENA), de Mafra, referente ao exercício de 2014.

Rhainer Prestes de Medeiros

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 701/15

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição de Caridade e Apoio ao Desamparado (ICAD), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Osmarina Marina da Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/15

*** X X X ***

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora EDINÉIA GONÇALVES BORGES, matrícula nº 7498, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Natalino Lazare).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2424, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor OSVALDO CERON, matrícula nº 7817, de PL/GAB-37 para o PL/GAB-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Natalino Lazare).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2425, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor WLADECIR MARTINS DOS SANTOS, matrícula nº 7820, de PL/GAB-47 para o PL/GAB-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Natalino Lazare).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2426, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ANDERSON MILTON DONIZETE BARCELOS, matrícula nº 4574, de PL/GAB-33 para o PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gean Loureiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2427, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada

pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SANDRA MARIA RAIMUNDO, matrícula nº 7828, de PL/GAB-33 para o PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gean Loureiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2428, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RODRIGO GOULART LEITE, matrícula nº 7956, de PL/GAB-34 para o PL/GAB-37, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Gean Loureiro).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2429, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA ODETE DANIEL COLODEL, matrícula nº 6913, de PL/GAB-73 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2430, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor CARLOS SOUZA FERNANDES, matrícula nº 7263, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Outubro de 2015 (Gab Dep Leonel Pavan).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2431, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:
LOTAR a servidora **GABRIELA PERES SCHIOCHET**, matrícula nº 7184, na DF - Coordenadoria de Prestação de Contas, a contar de 1º de outubro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2432, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 30 de setembro de 2015.

Gab Dep Cleiton Salvato

| Matrícula | Nome do Servidor |
|-----------|------------------|
| 8066 | CAMILA DE PONTE |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2433, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa/Registro Biométrico**, a contar de 1º de outubro de 2015.

Liderança do PMDB

| Matrícula | Nome | Cidade |
|-----------|-------------------|-----------|
| 5091 | ANIZIA DE ALMEIDA | CANOINHAS |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2434, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa/Registro Biométrico**, a contar de 1º de outubro de 2015.

MD - 1ª Vice-Presidência

| Matrícula | Nome | Cidade |
|-----------|----------------------------------|---------|
| 6606 | MARIA DE LOURDES FUSINATO CIRICO | IBIRAMA |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2435, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que as servidoras abaixo relacionadas exercem **Atividade Parlamentar Externa/Registro Biométrico**, a contar de 1º de outubro de 2015.

Gab. Dep. Aldo Schneider

| Matrícula | Nome | Cidade |
|-----------|------------------------------|---------|
| 6607 | FABIANA ELOISA DREGER | IBIRAMA |
| 7540 | JULIANE GRACIELE VON ZESCHAU | IBIRAMA |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2436, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 3296/2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER ao servidor **NELSON HENRIQUE MOREIRA**, matrícula nº 1001, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 19 de julho de 2010 a 18 de julho de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2437, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3937/2015, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **ROSALBA FIUZA LIMA**, matrícula nº 2144, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 33% (trinta e três por cento), a contar de 24 de setembro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2438, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|---|------|------------|-------|-----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Luciana de Freitas Ribeiro | 6154 | 3% | 6% | 1º/8/2015 | 3483/2015 |
| Ladimir Antonio Veronese | 7078 | 3% | 3% | 7/9/2015 | 3770/2015 |
| Alba Caroline Borges de Oliveira Barriga dos Santos | 6187 | 3% | 6% | 1º/9/2015 | 3741/2015 |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2439, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|---------------------------|------|------------|-------|-----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| ALEXANDRE MELO | 2125 | 3% | 33% | 16/9/2015 | 3854/2015 |
| ELIAS PRYCIUK KUSTER | 9175 | 21% | 21% | 5/5/2015 | 2607/2015 |
| RONALDO BRITO FREIRE | 3276 | 6% | 9% | 10/9/2015 | 3779/2015 |
| TERESINHA BORSATO SERAFIM | 4477 | 3% | 9% | 6/9/2015 | 3771/2015 |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2440, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUCAS PEREIRA DE MELO, matrícula nº 6850, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Balneário Camboriú).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2441, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JULIANA APARECIDA BAPTISTA BORDIN para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2442, de 30 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR ROSELI ELENA SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0424.0/2015

Dispõe sobre a gestão financeira e a transparência dos recursos financeiros resultantes de multas de trânsito em vias públicas e rodovias estaduais e municipais, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências

Art. 1º. O produto da arrecadação das multas de trânsito aplicadas nas vias públicas e rodovias estaduais e municipais, no Estado de Santa Catarina, será aplicado nas finalidades previstas no art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, facultado o uso também para o custeio parcial ou total das despesas de transporte de alunos de nível médio e superior, ou regularmente matriculados em cursos de capacitação técnico-profissional, comprovadamente carentes, que tenham necessidade de se deslocarem do município de seu domicílio para outro, para fins de acesso ao ensino.

§ 1º. Consideram-se carentes, para os fins desta Lei, aqueles como tal considerados nos termos da lei processual civil.

§ 2º Todos quantos venham a ser contemplados com o benefício previsto nesta Lei ficarão obrigados, sob pena de perdê-lo, a se submeterem aos programas de educação e capacitação para o trânsito disponibilizados ou indicados pelo órgão público que o haja concedido.

Art. 2º Os órgãos públicos estaduais e municipais responsáveis pela arrecadação e gestão dos recursos provenientes das multas de trânsito farão publicar, mensalmente, nos respectivos sítios oficiais, com acesso público, demonstrativos, em modelo padronizado, dos quais constem, de forma clara e objetiva, o montante e a destinação dos recursos arrecadados.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas do Estado velará pelo fiel cumprimento da obrigação estabelecida neste artigo, informando incontinenti ao Ministério Público estadual as omissões ou irregularidades apuradas.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos e operacionalização de mecanismos de controle necessários ao implemento desta Lei, poderão o Estado e os Municípios celebrar convênios com entidades que participem diretamente da gestão e fiscalização do trânsito.

Art. 4º O Poder Executivo estadual regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta dias), estabelecendo, entre outras disposições, a forma de aferição e comprovação do estado de carência, o programa básico de educação e capacitação para o trânsito e o modelo de demonstrativos, referidos, respectivamente, nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/15

JUSTIFICATIVA

É sabido que a competência legislativa, em matéria de trânsito, é privativa da União, nos precisos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal. Não obstante, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB - fruto e marco principal do exercício dessa prerrogativa -, contemplou o Sistema Nacional de Trânsito, definindo-o, no seu art. 5º, como:

o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Destacou ainda o CTB, no seu art. 6º, inciso II, como um dos objetivos básicos do Sistema, "fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito".

Inferre-se daí que, muito embora seja privativa da União a competência para legislar sobre "trânsito e transporte", os Estados e os Municípios integram o Sistema Nacional de Trânsito e, nesta condição, nos termos do art. 6º, inciso II, podem estabelecer normas destinadas à fixação de critérios de gestão financeira e administrativa das atividades de trânsito.

É, pois, o caso deste Projeto de Lei. Não preconiza ele alterar lei federal, criando novas regras de trânsito ou prevendo outras infrações e penalidades além daquelas que lá estão previstas. Cinge-

se, ao contrário, nos limites da competência dos Estados, como órgãos oficiais integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, a estabelecer regramento em relação à transparência e ao uso dos recursos resultantes das multas de trânsito a eles legalmente destinadas.

Logo, circunscrito a este objeto, o Projeto se insere perfeitamente no elenco das competências legislativas deste Parlamento, em razão de disposição expressa do art. 24, inciso I, da Constituição Federal, que faculta aos Estados e ao Distrito Federal legislares concorrentemente com a União sobre “direito tributário e financeiro”.

Ressalte-se que o escopo do Projeto, com efeito, é a disciplina das receitas legalmente destinadas ao Estado de Santa Catarina e aos seus Municípios, em estrita observância ao estabelecido no art. 260 do CTB, segundo o qual “as multas serão impostas e arrecadadas pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via onde haja ocorrido a infração, de acordo com a competência estabelecida neste Código”. Não envolve, portanto, aquelas reservadas à União. Sendo assim, além de não legislar sobre trânsito, o Projeto preserva a parcela da receita das multas destinada aos cofres da União, buscando apenas disciplinar o uso das parcelas da mesma receita já destinadas por lei aos Estados e aos Municípios.

É de anotar-se que nem mesmo a faculdade de uso dessas parcelas da receita para o custeio parcial ou total das despesas de transporte de alunos de nível médio e superior, comprovadamente carentes, que tenham necessidade de se deslocarem do município de seu domicílio para outro, para fins de acesso ao ensino, prevista na parte final do art. 1º do Projeto, haveria de ser vista como uma tentativa de invasão da competência legislativa da União. Primeiro porque a proposta normativa não alcança matéria atinente a trânsito; e, restringindo-se à regulação de matéria financeira, não avança sobre parcela de receita que, consoante a regra do art. 260 do CTB, seria arrecadada pela União. Segundo porque, diante da exigência prevista no § 2º do art. 1º do Projeto, todos quantos venham a ser contemplados com aquele benefício, obrigatoriamente terão que submeter-se, sob pena de perdê-lo, aos programas de educação e capacitação para o trânsito disponibilizados pelo órgão concedente. Assim, não apenas mantém-se a aplicação do produto das multas dentro das finalidades do art. 320 do CTB, na modalidade “educação para o trânsito”, como se potencializa o alcance dessa aplicação, contribuindo para a elevação do nível de educação no país, mediante o uso racional e eficaz daquela receita pública.

Poder-se-ia questionar o fato de o Projeto não ter contemplado também alunos do Ensino Fundamental. Não o fez, contudo, por razões que parecem plenamente justificáveis.

É que, nos termos do art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, cabe ao Poder Público, durante todo o ciclo da educação básica, assegurar ao aluno não apenas a oferta gratuita do ensino, como também o transporte, a alimentação e a assistência à saúde. E esse suporte, dentro das regras de distribuição de atribuições definidas no art. 211 da Constituição Federal, já vem sendo oferecido com regularidade pelos municípios catarinenses, inclusive com a vigilância permanente do Ministério Público estadual, no contexto do Programa APOIA, gerenciado pela referida instituição.

Mas, além da norma constitucional, também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos seus artigos 10, inciso VII, e 11, inciso VI, impõe expressamente ao Estado e aos Municípios o dever de “assumir o transporte escolar dos alunos” das respectivas redes. Para tal fim podem contar inclusive com o aporte de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, instituído pela Lei n. 10.880/2004, cujo objetivo é “oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”.

Tem-se, em conclusão, que, pelo menos no que tange ao transporte escolar, o sistema normativo vigente já oferece razoável e suficiente suporte aos alunos do Ensino Fundamental - diferentemente de que ocorre com os do Ensino Médio e Superior.

Sob outro vértice, o Projeto tem o propósito de afirmar-se como fator de incremento da transparência na gestão pública, valorizando, assim, esse que é um dos mais importantes princípios da Administração Pública, consagrado tanto na Constituição Federal (art. 37, *caput*), quando na Constituição do Estado (art. 16), qual seja, a publicidade (ou transparência).

Assinale-se que têm sido frequentes, na mídia nacional, os registros e as críticas à obscuridade que paira sobre a arrecadação das multas de trânsito e, também, aos graves desvios na aplicação desses recursos. Apenas à guisa de exemplo:

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) está usando a verba arrecadada pela Prefeitura de São Paulo com multas de trânsito para custear as operações de seguro de prédios ao cafezinho do pessoal” (jornal *O Estado de S. Paulo*, 16.4.13). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran), somente em 2012 foram arrecadados R\$ 37,9 milhões com multas de

trânsito - valor que cobriu 88% das despesas da pasta. Desse valor, apenas R\$ 442 mil foram destinados às campanhas educativas e R\$ 11,8 milhões para a sinalização viária. Em contrapartida, R\$ 8,1 milhões foram repassados à Consilux, empresa responsável pela manutenção dos radares, e R\$ 22,7 milhões para custeio da secretaria” (jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27.4.13)

O Ministério Público investiga a falta de transparência da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas no uso de recursos públicos, principalmente do fundo de Trânsito e Transporte - para onde está prevista, por lei, a destinação do dinheiro arrecadado com multas, além de outros valores” (in: *globo.com g1*, 04.5.15)

É forçoso concluir, a partir destes registros (e de outros tantos que poderiam ser agregados), que, a despeito de o CTB ter estabelecido, no seu art. 320, que “a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito”, os órgãos arrecadadores, não raro, a direcionam para finalidades diversas, muitas vezes irrelevantes, sem atender, a rigor, aos verdadeiros interesses públicos.

Afora isso, o Código de Trânsito Brasileiro mostrou-se omissivo no tocante à garantia da transparência da gestão dos recursos provenientes da arrecadação das multas de trânsito, deixando de exigir a publicidade do montante e da destinação dos valores arrecadados - omissão esta que está a reclamar a devida correção, ainda que seja a nível de Estados e Municípios, de modo a coibir o desvirtuamento de suas reais finalidades, tal como já vem acontecendo.

Por tais razões, certo que o presente Projeto de Lei representa uma efetiva contribuição para a garantia da justa e correta aplicação dos recursos resultantes da arrecadação das multas de trânsito pelo Estado e pelos Municípios catarinenses, nutro a esperança de contar com o valioso apoio de meus ilustres pares, para o fim de vê-lo acolhido e aprovado por este Parlamento.

Deputado Gean Loureiro

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0425.0/2015

Declara de utilidade pública a Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o art.1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Sílvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 29/09/15

JUSTIFICATIVA

A Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS) é uma fundação sem fins lucrativos de caráter socioassistencial que atua em Santa Catarina. Possui, há 12 anos, uma trajetória de inovações para promover mudanças efetivas no atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

As diretrizes que orientam a atuação da FUCAS estão expressas em sua missão e fundamentadas no fomento à inclusão social para a formação de cidadãos autônomos, cuja visão é ser referência em inclusão social, com sustentabilidade, até 2016, pautadas pelos valores da ética, profissionalismo, transparência, cooperação.

O Programa de Capacitação Profissional foi instituído na FUCAS com o escopo de aliar o interesse social e econômico. Atualmente a FUCAS atua para oferecer cursos profissionalizantes para jovens aprendizes.

Com base na missão da FUCAS e nos objetivos do Programa de Capacitação Profissional, o Projeto Empreendedor Aprendiz busca incluir jovens no mercado de trabalho. Para isso, os jovens têm acesso aos conteúdos técnico-profissionais na entidade qualificadora, no caso a FUCAS, e contato com a prática nas empresas contratantes. Além disso, é oferecido ao jovem todo o suporte da equipe multiprofissional composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

Outro programa realizado pela Fucas é o "Campeões nas Quadras e na Vida", composto por projetos que proporcionam atividades culturais, esportiva, de lazer e inclusão digital, aos jovens com idade entre 12 e 18 anos, contribuindo, também, para o fortalecimento de vínculos afetivos do adolescente com sua família e comunidade.

Esses projetos são realizados por uma equipe multidisciplinar de profissionais que inclui educadores sociais, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e monitores, preparados para colaborar com a formação física e intelectual dos jovens, promovendo oportunidades para que sejam agentes de transformação e desenvolvimento da comunidade onde moram, respeitando os valores culturais, artísticos e próprios do seu contexto social.

Por essas e outras razões, entendemos como mais do que justa a concessão do reconhecimento de utilidade pública à Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), para que a entidade possa usufruir das vantagens legais inerentes à titulação requerida e, por isso, submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto de Lei.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 426/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 246**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a permuta de imóvel no Município de Chapecó".

Florianópolis, 28 de setembro de 2015

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 132/15

Florianópolis, 17 de setembro de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei em que o Estado de Santa Catarina por intermédio do Ministério Público autorizado a permutar um terreno identificado como Lote Urbano nº 03, da quadra nº 1193, com área de 941,41 m² (novecentos e quarenta e um metros e quarenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Augusta Müller Bohner, esquina com a Rua Borges de Medeiros, no Loteamento Presidente Médice, Bairro Passo dos Fortes, Município de Chapecó, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó, sob o nº 96.557, avaliado em R\$ 941.410,00 (novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez reais), pelo imóvel de propriedade do Município de Chapecó, identificado como lote urbano nº 01-A, da quadra nº 280, com área de 2.910,36 m² (dois mil novecentos e dez metros e trinta e seis decímetros quadrados), situado a Rua Augusta Mulher Bohner, esquina com a Rua Líbano, Município de Chapecó, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó sob o nº 107.408, avaliado em R\$ 1.746.216,00 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais).

A complementação da diferença entre os valores dos imóveis permutados, ou seja, a quantia de R\$ 804.806,00 (oitocentos e quatro mil e oitocentos e seis reais) será repassada pelo Município de Chapecó ao Ministério Público de Santa Catarina, em pecúnia, para edificação de sua sede no Município de Chapecó.

A permuta de que trata esta Lei tem por finalidade permitir que o MPSC proceda à edificação de sua sede no município de Chapecó.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

João Batista de Matos

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 426/2015

Autoriza a permuta de imóvel no Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e, por intermédio do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), permutar o imóvel com área de 941,41 m² (novecentos e quarenta e

um metros e quarenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 96.657 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e avaliado em R\$ 941.410,00 (novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez reais).

§ 1º O imóvel de que trata o *caput* deste artigo será permutado pelo imóvel de propriedade do Município de Chapecó, com área de 2.910,36 m² (dois mil, novecentos e dez metros e trinta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 107.408 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e avaliado em R\$ 1.746.216,00 (um milhão, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais).

§ 2º A autorização de que trata esta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º A permuta de que trata esta Lei tem por finalidade permitir que o MPSC proceda à edificação de sua sede no Município de Chapecó.

Art. 3º As despesas com a execução das finalidades descritas no art. 2º desta Lei correrão por conta do MPSC.

Art. 4º O Estado será representado no ato de permuta pelo Procurador-Geral de Justiça ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 427.2/2015

Institui a Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de junho, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva tem como objetivos:

I - defender os direitos dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD);

II - assegurar a consolidação da educação inclusiva, garantindo às crianças e jovens com deficiência, o acesso, a permanência com participação e o avanço na aprendizagem, na rede regular de ensino;

III - enfrentar a discriminação e a intolerância; e

IV - promover o respeito às diferenças.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 29/09/15

JUSTIFICATIVA

A educação inclusiva é um direito constitucional de todos os brasileiros, garantido nos arts. 205, 208, III e V, e 227, § 1º, II, da Constituição da República, que traz consigo um rol de garantias para a construção de um sistema de ensino regular para os alunos com deficiência, visando ao combate das práticas preconceituosas, discriminatórias e de exclusão.

O Brasil também é signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Necessidades Especiais, realizada na Guatemala e que enfatiza a primazia da educação inclusiva, objetivando a prevenção e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.

No ano de 1994, foi celebrada a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em que foi aprovada a Declaração de Salamanca, da qual o Brasil também é signatário, que ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a fim de garantir a todos o direito à escola.

Porém, podemos observar, ainda, a presença de políticas separatistas e violadoras de direitos, que contribuem gravemente para o fomento da discriminação e da disseminação de ideias preconceituosas, que não permitem a concretização do pleno desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência.

Este projeto de Lei tem por objetivo instituir uma semana de conscientização em que sejam realizadas atividades e criados programas de combate à exclusão e à intolerância, para garantir a prevalência do respeito e da dignidade de todos e para, por meio da educação, alterar o quadro social existente.

Certo da importância da proposição que ora apresento, peço aos meus nobres Pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***